

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
Departamento de Letras  
Núcleo de Pós-Graduação em Letras**

**Rogenildo Andrade Barros**

**ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVA E GÊNERO NO DISCURSO POLÍTICO DE POSSE:  
teorias em interação**

São Cristóvão - SE  
2010

**Rogenildo Andrade Barros**

**ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVA E GÊNERO NO O DISCURSO POLÍTICO DE POSSE:  
teorias em interação**

Texto apresentado ao NPGL (Núcleo de Pós-Graduação em Letras, área de concentração em estudos da linguagem e ensino, da UFS (Universidade Federal de Sergipe) para submissão à comissão examinadora, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Teorias do Texto

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Leilane Ramos

São Cristóvão - SE  
2010

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Barros, Rogenildo Andrade  
B277o Organização argumentativa e gênero no discurso político de posse : teorias em interação / Rogenildo Andrade Barros. – São Cristóvão, 2010.  
79 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Núcleo de Pós-Graduação em Letras, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Leilane Ramos.

1. Análise do discurso – Aspectos políticos. 2. Oratória. 3. Déda, Marcelo, 1960. 4. Requião, Roberto, 1941. I. Título.

CDU 81'42:32

**Comissão examinadora:**

---

Profa. Dra. Leilane Ramos da Silva (orientadora)

---

Prof. Dr. Antônio Ponciano Bezerra (NPGL - UFS)

---

Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho (PPGLL- UFAL)

A Ana Raquel Vieira Andrade Barros,  
que, no pouco tempo que passou  
entre nós, mostrou-nos o que é a vida.

*In memoriam*

## Agradecimentos

À Prof<sup>a</sup>. Leilane Ramos e ao Prof. Dr. Antônio Ponciano pela preciosa orientação e compreensão nos momentos difíceis.

À minha família, suporte maior nos momentos tumultuosos.

“É a vontade que faz o homem grande ou pequeno.”

*Friedrich Schille*

## Sumário

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I: O DISCURSO POLÍTICO DE POSSE: UM GÊNERO ARGUMENTATIVO</b> .....	17
	2.1 A estrutura e o gênero .....	19
	2.2 A situação comunicativa e o gênero .....	20
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II: A(S) TEORIA(S)</b> .....	24
	3.1 Análise do Discurso .....	24
	3.1.1 Ethos: da Retórica à AD .....	26
	3.1.1.1 Ethos: um conceito e alguns problemas .....	28
	3.1.2 O sujeito da AD .....	29
	3.2 Pragmática .....	30
	3.2.1 A teoria dos atos de fala: de Austin a Searle .....	33
	3.2.2 A promessa e a crítica .....	38
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III: A ANÁLISE</b> .....	42
	4.1 Análise do Discurso .....	42
	4.1.1 Ethos .....	42
	4.1.2 O sujeito do discurso .....	47
	4.2 Pragmática .....	48
	4.2.1 A promessa .....	48
	4.2.2 A crítica .....	52
<b>5</b>	<b>CAPÍTULO IV: O DPP E SUA ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVA</b> .....	54
	5.1 A Promoção .....	54
	5.2 O Envolvimento .....	55
	5.3 O Engajamento .....	56
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES</b> .....	58
<b>7</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	62
<b>8</b>	<b>ANEXOS</b> .....	65

## Resumo

Trabalho situado no entrecruzamento de duas disciplinas – Análise do Discurso e Pragmática, visando a analisar a organização argumentativa do discurso político de posse. Tem como hipótese de pesquisa a pressuposição de que o DPP, independente da filiação partidária que o dá suporte, apresenta a mesma organização argumentativa. Toma como *corpus* o discurso de posse do Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Déda (PT) e o discurso de posse do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião (PMDB). Utiliza como suporte teórico Searle (1981 e 2002), Austin (1990), Levinson (1989), Armengaud (2006), Brandão (2004), Orlandi (1990, 2005 e 2005b), Ferreira (2005), Pêcheux (2002), Althusser (1998) e Foucault (2007), Amossy (2005), Motta e Salgado (2008), Maingueneau (2008) e Charaudeau (2006), Osakabe (2002), Bakhtin (2000), Marcuschi (2005), Bazerman (2005) e Meurer (2002) e outros. Caracteriza o DPP enquanto gênero textual autônomo, utilizado em uma situação comunicativa específica, expõe as teorias que nortearam a análise, faz a análise das categorias acima mencionadas, mergulha essas categorias na organização argumentativa proposta por Osakabe e conclui ratificando a hipótese inicial.

**Palavras-chave:** discurso político de posse, organização argumentativa, Análise do Discurso, Pragmática, ethos, sujeito, promessa, crítica.

## Abstract

Situated work in the intersection of two disciplines- Analysis of the Pragmatic Speech and, aiming at to analyze argumentative organization of the speech ownership politician. The presupposition of that has as research hypothesis the DPP, independent by the partisan filiations that of the support, presents the same argumentative organization, searches It takes as corpus the speech of ownership of the Governor of State of Sergipe: Marcelo Déda (PT) and the speech of ownership of Governor of State of Paraná, Roberto Requião (PMDB). It uses as theoretical support Searle (1981 and 2002), Austin (1990), Levinson (1989), Armengaud (2006), Brandão (2004), Orlandi (1990, 2005 and 2005b), Ferreira (2005), Pêcheux (2002), Althusser (1998) e Foucault (2007), Amossy (2005), Motta e Salgado (2008), Maingueneau (2008) e Charaudeau (2006), Osakabe (2002), Bakhtin (2000), Marcuschi (2005), Bazerman (2005) e Meurer (2002). It characterizes the DPP while independent literal sort, used in a specific communicative situation, displays the theories that had guided the analysis, make the analysis of the categories mentioned above, dive these categories in the argumentative organization proposal for Osakabe and conclude ratifying the initial hypothesis.

**Word-key:** speech politician of ownership, argumentative organization, Analysis of the Speech, Pragmatic, ethos, subject, promise, critical.

## 1 INTRODUÇÃO

**P**ara Koch (2001), o ato fundamental da linguagem humana, independente do que possamos pensar, é argumentar, pois quando falamos, agimos sobre o outro de alguma maneira, dotando nossa fala de uma certa força argumentativa. Nesse sentido, os textos apresentariam uma carga persuasiva maior ou menor, dependendo da orientação que deseja o falante.

A política é uma das esferas da atividade humana em que esse grau de orientação argumentativa atinge o ponto máximo, uma vez que é nesse campo que o jogo persuasivo apresenta-se não apenas como um dos elementos do processo, mas como a própria essência da atividade, não havendo um só ato na cena política que não concorra para a persuasão do eleitor.

Para melhor caracterizar o discurso político, recorreremos a Charaudeau (2006, p. 08). Segundo ele, o campo da política é

o lugar [por excelência] de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano.

Pois bem, é no campo sinuoso da política, permeado de duplos sentidos, máscaras e ardis, que fomos buscar nosso material de análise. Foi em meio à profusão de sentidos que emana do discurso político que fincamos as bases de nosso trabalho, numa tarefa ao mesmo tempo prazerosa e traiçoeira.

Foi da curiosidade inicial em desvelar o não-dito através do dito que surgiu, num curso de especialização<sup>1</sup>, o desejo de trabalhar o discurso político, desejo esse que esbarrou numa primeira dificuldade: como trabalhar num campo em que muito já foi feito sem cair na mesmice? Como pensar um trabalho no campo da política sem repetir o que tão adequadamente já disseram?

Essas respostas começaram a surgir com a eleição de nosso *corpus*.

Para tanto, tomamos como *corpus* o discurso político de posse (DPP), mais precisamente dois discursos de posse de governadores eleitos no último pleito (2006), a saber: Marcelo Déda, PT-SE e Roberto Requião, PMDB-PR, focando nosso olhar na organização argumentativa<sup>2</sup> desses discursos.

---

<sup>1</sup> Ver BARROS e BEZERRA, 2008.

<sup>2</sup> Falar-se-á sobre essa nomenclatura mais adiante.

Sobre o material de análise, algumas considerações devem ser feitas: primeiro, a escolha dos textos fora, em parte aleatória, em parte direcionada, pois buscamos discursos que foram pronunciados (quase) ao mesmo tempo, cujos enunciadores fossem de partidos diferentes e que ocorreram distantes geograficamente, minimizando, assim, a possibilidade de co-influência mútua dos textos, e tivemos o cuidado de não lermos os textos antes de elegê-los como material de análise, pensando que a confirmação da hipótese inicial tem maior validade desta maneira; segundo, o DPP é uma espécie singular de discurso político, pois nem é o discurso de campanha, nem o de um político em pleno exercício de suas atividades, já que ele, o DPP, marca justamente o início de um mandato. Essa particularidade de nosso material de análise, acreditamos, faz com que a relevância deste trabalho se avulte significativamente, fugindo do lugar comum que se tornou a análise de discursos de campanha política.

Superada essa primeira dificuldade, outra surgiu: que base teórica aplicar ao *corpus* escolhido?

A resposta para um questionamento feito no singular vem no plural: Pragmática e Análise do Discurso. Não uma análise de discurso Pragmática, nem uma pragmática dentro da Análise do Discurso, mas uma análise que contemple categorias das duas disciplinas, uma análise que articule as (para muitos) imiscíveis Pragmática e AD.

Mais uma vez, faremos uma pausa para justificar nossas escolhas.

Ao pensarmos uma articulação das duas referidas bases teóricas, logo surgiu um impedimento corporificado da afirmação feita por Possenti (1996, p. 73): “para a AD, qualquer associação com a Pragmática é vista como um desvio teórico insuportável.” É preciso observar que o professor Possenti não corrobora com essa opinião, afirmando, inclusive, no referido artigo, que enquanto analista do discurso precisou de recursos da Pragmática para analisar piadas, pois, segundo ele, existem situações nas piadas que só podem ser observadas partindo do linguístico, do material.

Uma concepção teórica tão difundida parece erigir-se como um pilar indestrutível, como um obstáculo intransponível, que não se questiona, simplesmente se aceita e altera-se a rota pretendida para evitar tal impedimento.

Todavia, essa objeção não se sustenta como impedimento teórico e desmorona ao menor e mais óbvio questionamento: como uma disciplina, AD, que

embora tenha suas origens na Filosofia, hoje figura nos rol das ciências da linguagem, pode se pretender imiscível com outras da mesma área? Como, num momento em que se fala em inter, trans e multidisciplinaridade, pretende a AD conservar-se “imaculada”? Seria o mesmo que querer que nenhuma ciência buscasse na Linguística, ciência piloto do Estruturalismo<sup>3</sup>, conhecimentos e conceitos que as fizeram avançar até onde estão hoje. Seria o mesmo que destruir todos os avanços alcançados pela amplitude do movimento estruturalista e pretender que todas as disciplinas que dele se beneficiaram “devolvessem” a vasta contribuição que esse movimento legou ao saber humano. Ora, seria o mesmo que pretender que o conhecimento humano fosse constituído de partes sem nenhum vínculo, de partes que não se somariam num todo, de pequenos blocos que não se juntariam na construção desse enorme edifício que é o saber acumulado em nossa história.

Ainda sobre a rejeição da Pragmática pela AD, podemos pensar nas bases teóricas desta. Uma disciplina que se propõe, e consegue, a juntar Linguística, Marxismo e Psicanálise (ORLANDI, 2005) pode pretender-se livre da Pragmática, uma disciplina que articula justamente o material linguístico?

O que nos parece, é que há uma interpretação equivocada, ou direcionada para objetivos outros, de algumas palavras de Pêcheux (2002, p. 16-17):

Para a reflexão que empreendo aqui com vocês, sobre o discurso como estrutura ou acontecimento, imagino vários cominhos muito diferentes. (...) tomar como tema o enunciado (...) [o acontecimento]. (...) partir de uma questão filosófica (...) a propósito da idéia de uma ciência da estrutura.

Ao questionar a relação da análise como descrição ou como interpretação, Pêcheux não o faz desprezando totalmente nenhuma das vertentes, o que ele afirma é que há espaço para as duas, e, para a AD, o que não pode ocorrer é dar maior ênfase à descrição de estruturas linguísticas, em detrimento da interpretação, uma vez que ela pretende trabalhar justamente no ponto de dispersão de sentidos dos discursos. O problema é, nas palavras do mestre (PÊCHEUX, 2002, p. 54): “determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição (...)”, e não, como se prega hoje, se há lugar para a descrição.

---

<sup>3</sup> Sobre o Estruturalismo, ver DOSSE (1993).

Ainda para Pêcheux e Fuchs, (apud POSSENTI, p. 74): “O que faz falta atualmente é uma teoria do funcionamento material da língua em sua relação consigo própria, isto é, uma sistematicidade que não se opõe ao não sistemático (língua/fala), mas que se articula em processos.”

A Pragmática viria, então, para ocupar esse lugar, pois lida com questões da língua em relação aos falantes, mas tomando como elemento essencial a própria estrutura linguística.

Portanto, reafirmamos que não há impedimento teórico algum em se articular numa mesma análise Pragmática e AD, desde que se marque precisamente o lugar de cada uma.

Continuando a relação de possíveis impedimentos para trabalharmos com as duas disciplinas, encontramos Orlandi (2005b) discorrendo sobre a diferença entre o sujeito para a AD e para a Pragmática. Segundo ela, é impossível unir esse conceito nas duas disciplinas, uma vez que para a Pragmática o sujeito é fonte consciente de todo o sentido, ele domina a linguagem e dela se vale, intencionalmente para agir sobre o outro; enquanto para a AD o sujeito apenas tem a ilusão de que é a fonte do sentido, já que ele estaria assujeitado a uma formação discursiva que por sua vez estaria vinculada a uma ideologia. Desta feita, para a AD, o sujeito não seria a fonte de sentido, mas apenas transmitiria aquilo que sua formação discursiva permite que ele transmita.

Ao colocar essa questão, Orlandi, com propriedade, marca precisamente as diferenças teóricas entre AD e Pragmática. Até aí não vemos problema algum. Não podemos concordar, porém, com a posição assumida de que essa diferença de conceitos impeça alguém de trabalhar com as duas disciplinas.

É salutar que as disciplinas apresentem conceitos próprios. É necessário que esses conceitos sejam diferentes de uma para a outra, e até mesmo antagônicos, pois se assim não fosse, estaríamos lidando com apenas uma disciplina, e não com duas. A questão é tomar conceitos diferentes e opostos como marcas de um impedimento teórico capaz de inviabilizar pesquisas que podem enriquecer as duas disciplinas. Se a posição em relação ao sujeito é diferente, que seja. Porém, no nosso entendimento, nada impede que nos valhamos de conceitos dessas duas disciplinas para abarcar a complexidade que nosso *corpus* apresenta, pois se nós partimos de um *corpus* e depois elegemos uma teoria para dar conta dele, o que nos impede de buscar suporte onde acharmos conveniente? Parece que quem acredita,

e difunde, na impossibilidade de articulação entre AD e Pragmática, faz o caminho inverso: elege uma teoria e tenta reduzir seu *corpus* a ela, o que, em nosso entendimento, é, sim, “um desvio teórico inconcebível.”

Para que não nos tomem por reducionistas, no sentido de que estamos minimizando uma problemática por demais complexa, encerramos nossas colocações com as palavras de Charaudeau (2006, p. 15):

Para um linguista do discurso, que não pode ignorar que a linguagem não faz sentido, a não ser na medida em que este é considerado em um certo contexto psicológico e social – e que, conseqüentemente, em seus procedimentos de análise devem ser integrados conceitos e categorias pertencentes a outras disciplinas humanas e sociais –, convém tentar definir a problemática geral na qual será construído e estudado seu objeto.

Com efeito, se é necessário buscar conceitos e conhecimentos de outras disciplinas humanas e sociais, por que não os buscar também dentro de uma sub-área da própria linguística – a Pragmática?

Escolhidas as bases teóricas e feitas algumas ressalvas, um novo obstáculo surge: como articular coerentemente AD e Pragmática?

A resposta a essa pergunta vem da tese de doutoramento do professor Osakabe, publicada em forma de livro com o título *Argumentação e discurso político*.

Segundo Osakabe (2002, p.109):

O estudo da organização argumentativa de um discurso depende totalmente das considerações feitas anteriormente sobre as condições de produção. Isto é, depende das imagens mútuas que se pressupõem fazer locutor e ouvinte; depende das imagens que se pressupõem fazer locutor e ouvinte sobre o referente; depende, em último lugar, dos atos de linguagem que o locutor realiza no momento do discurso.

Depreende-se desse fragmento que ocupam lugar privilegiado para a construção do efeito argumentativo os elementos que compõem o referencial do discurso, ou seja, seu conteúdo e, principalmente, seu contexto de produção, isto é, tudo que influenciou direta e indiretamente na produção do discurso a ser analisado.

Ainda de acordo com Osakabe (2002, p. 110):

(...) o ato de argumentar parece estar fundado em três atos distintos que guardam entre si uma relação aproximada (...): um ato de *promover* o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política; um ato de *envolvê-lo* de forma tal a anular a possibilidade de crítica; e um ato de *engajar* o ouvinte numa mesma posição ou mesma tarefa política. Por medida de economia verbal, chama-se ao primeiro

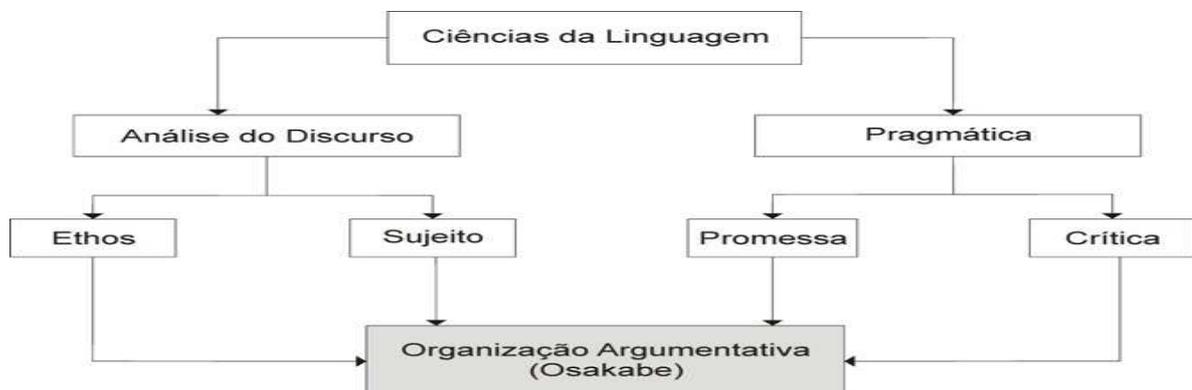
ato *Promoção*, ao segundo *Envolvimento* e ao terceiro *Engajamento*<sup>4</sup>.

O autor, ao expor esse modelo de organização argumentativa, a nosso ver, agrupa, em cada um dos atos acima, os recursos argumentativos que por ventura sejam utilizados para o fim colimado, que é o de convencer o receptor a mudar de atitude em relação a alguma coisa. Essa sistematização é por demais interessante, uma vez que cria três categorias maiores dentro das quais funcionarão os recursos persuasivos próprios da argumentação, simplificando, com isso, a análise, já que dividiríamos os textos em três momentos e só então buscaríamos, efetivamente, as estratégias utilizadas pelo argumentador.

Pois bem, tentamos, aqui, desvendar os mecanismos pelos quais se realizam esses três atos e, através de uma comparação lógica e objetiva, verificar as semelhanças e possíveis diferenças existentes relativamente aos expedientes argumentativos dos dois textos.

É justamente nesse ponto que AD e Pragmática coocorreram para um único fim. Como tivemos por objetivo analisar a organização argumentativa do discurso político de posse e como hipótese a pressuposição de que o DPP, independente da filiação partidária que o dá suporte, apresenta a mesma organização argumentativa, buscamos, dentro dos três atos propostos por Osakabe, analisar categorias das duas disciplinas, pois pensamos que, chegando à conclusão que tais categorias se estruturam da mesma maneira nos dois discursos, pudemos comprovar nossa hipótese de uma forma mais veemente.

O organograma abaixo nos dá uma visão mais técnica de como as disciplinas em questão coocorreram para o sucesso de nossa pesquisa.



**Figura nº1: Coocorrência das teorias para a análise do corpus**

<sup>4</sup> Grifos do autor.

A articulação AD/Pragmática deu-se da seguinte maneira: fizemos uma análise (nos textos escolhidos) de duas categorias de análise da AD – *ethos* e sujeito – de dois atos de fala presentes no DPP – a promessa e a crítica – e, em seguida, verificamos se tanto a construção do *ethos* e constituição do sujeito do discurso quanto os atos de fala processaram-se da mesma maneira e com o mesmo objetivo, mergulhando essas categorias dentro da organização argumentativa dos três atos proposta por Osakabe. Desta feita, pudemos comparar como o ato de prometer, por exemplo, foi executado nos dois discursos, se da mesma maneira e com o mesmo fim, dentro da taxonomia osakabiana, bem como se as demais categorias de análise estruturaram-se da mesma forma. Assim, cada parte da análise contemplou uma disciplina específica, com uma base teórica que lhe é própria e, ao mesmo tempo, expandimos nossa hipótese a mais de uma disciplina, afirmando que, independente da disciplina, a essência da argumentação permanece a mesma,

Para dar conta de nossa proposta, organizamos nosso trabalho da seguinte maneira: no primeiro capítulo caracterizamos, com base em Bakhtin (2000), Marcuschi (2005), Bazerman (2005) e Meurer (2002), além de outros que porventura puderam contribuir para nosso intento, o DPP enquanto gênero textual autônomo, utilizado em uma situação comunicativa específica.

No segundo capítulo, expomos as teorias que nortearam nossa análise, utilizando para a questão dos atos de fala da Pragmática a sistematização proposta por Searle (1981 e 2002), fazendo um contraponto à proposta por Austin (1990) e explicando o porquê de nossa opção pelo primeiro, além de Levinson (1989) e Armengaud (2006) para situarmos o leitor num sucinto histórico da disciplina. Da AD francesa utilizamos as categorias de *ethos* e sujeito, baseando-nos em Brandão (2004), Orlandi (1990, 2005 e 2005b), Ferreira (2005), Pêcheux (2002), Althusser (1998) e Foucault (2007), Amossy (2005), Motta e Salgado (2008), Maingueneau (2008) e Charaudeau (2006) tanto para as questões teóricas como para um pequeno recorte histórico.

O terceiro capítulo foi reservado à AD e à análise do *ethos* e do sujeito do discurso nos dois textos, fazendo uma pequena menção a uma categoria por nos proposta: o contra-*ethos* discursivo, e à Pragmática e à análise dos atos de prometer e criticar em ambos os textos, verificando se as condições de felicidade (SEARLE, 2002) são satisfeitas da mesma maneira nos dois discursos.

No quarto capítulo reunimos as informações da análise dentro dos três atos argumentativos propostos por Osakabe, buscando verificar se a organização argumentativa é a mesma nos dois discursos.

Por fim, vale ressaltar que este trabalho não visou a polemizar questões teóricas de nenhuma das disciplinas tomadas como bases, apenas, se assim podemos afirmar, visou a aplicar um determinado referencial teórico a um *corpus* específico com um determinado fim, não discutindo, portanto, questões referentes a, por exemplo, críticas à teoria dos atos de fala, ou a qualquer outra categoria de análise aqui contemplada, embora saibamos, e não nos omitiremos se a situação exigir, que vezes há em que não se pode abster de determinados questionamentos. Ressaltamos ainda que as indicações bibliográficas mencionadas acima figuram apenas como eixo teórico, outras referências puderam ser incluídas para enriquecer nossa pesquisa.

Colocadas as questões teóricas e metodológicas referentes ao nosso trabalho, passaremos à caracterização do DPP enquanto gênero textual.

## 2 CAPÍTULO I – O DISCURSO POLÍTICO DE POSSE: UM GÊNERO ARGUMENTATIVO

**S**egundo Bakhtin (2000), os gêneros funcionam como mediadores do processo da comunicação e estão presentes em toda e qualquer esfera da atividade humana, conferindo-lhe um estatuto comunicativo e possibilitando a sua ocorrência.

Antes de iniciarmos nossa investigação sobre a problemática dos gêneros, convém diferenciar tipo e gênero textual, embora pensemos ser esta uma questão básica em relação ao problema mencionado.

Marcuschi (2005, p. 22) usa a expressão tipo textual “para designar uma espécie de seqüência teoricamente definida pela natureza lingüística de sua composição [abrangendo] cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: *narração, argumentação, exposição, descrição, injunção*.”, e gênero para referir-se “aos textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.”

Já Meurer (2002, p. 150) afirma:

Enquanto os gêneros textuais constituem tipos específicos de textos, as modalidades retóricas<sup>5</sup> constituem as estruturas e as funções textuais tradicionalmente reconhecidas como narrativas, descritivas, argumentativas, procedimentais e exortativas.”

Os tipos constituiriam, tanto na perspectiva de Marcuschi como na de Meurer, uma espécie de “modelo abstrato” de composição textual que se materializaria através dos gêneros, apresentando como característica básica o fato de serem definidos por propriedades linguísticas predominantes.

Vale ressaltar, ainda, que, diferentemente da concepção corrente, os tipos estão contidos nos gêneros e não o contrário, uma vez que uma carta, por exemplo, poderá conter seqüências narrativas, descritivas, injuntivas, dissertativas etc.

Reunidas as informações básicas necessárias a uma pequena exposição a respeito da questão dos gêneros, passemos agora às investigações do gênero em questão.

---

<sup>5</sup> Tipos textuais.

Nesse momento, faz-se necessário que arrolemos, embora de maneira rápida, algumas informações que nos fazem pensar o discurso político de posse enquanto gênero textual autônomo, portador de características que o diferencia dos demais gêneros, principalmente dos gêneros do discurso político em geral, aqui considerado como um domínio discursivo, ou seja: “uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana. Esses domínios não são textos nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastante específicos.” (MARCUSCHI, 2005, p. 23)

Mikhail Bakhtin (2000, p. 279), autor citado por vários teóricos que se dispõem a investigar a problemática dos gêneros, afirma:

A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam de integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas não só pelo seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal (...) mas também, e, sobretudo, por sua construção composicional. Esses três elementos (conteúdo temático, estilo e construção composicional) fundem-se indissoluvelmente no *todo* do enunciado, e todos eles são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação. (...) cada esfera de utilização da língua elabora seus *tipos relativamente estáveis* de enunciados, sendo isso que denominamos *gêneros do discurso*<sup>6</sup>.

Verifica-se, através do fragmento, que o autor considera como gênero um enunciado que apresenta uma certa unidade formal, contedística e temática, características que estão presentes no DPP e que poderemos verificar quando da análise de nosso *corpus*.

Confirmando o que foi dito acima, mesmo afirmando que o campo dos gêneros do discurso<sup>7</sup> é muito vasto, Bakhtin relaciona algumas formas de composição que ele considera como gênero, entre as quais está citado o discurso político:

(...) o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as *políticas*<sup>8</sup>). (BAKHTIN, 2000, p. 280)

---

<sup>6</sup> Grifos do autor.

<sup>7</sup> Neste trabalho, gênero textual e gênero do discurso serão nomenclaturas utilizadas para referir-se à mesma realidade.

<sup>8</sup> Grifo nosso.

Pensamos que as posições acima poderiam, por si só, resolver a questão de ser ou não o discurso político de posse um gênero do discurso, mas, temendo sermos chamados de reducionistas, buscaremos mais informações acerca do assunto.

Marcuschi (2005, p. 19), concordando com Bakhtin, acrescenta algo em relação ao gênero: “os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia”. Desse fragmento, depreende-se algo que será abordado com mais propriedade na análise do *corpus*: o fato de os gêneros não serem elementos passivos no processo comunicativo, mas imbricarem-se nele de forma a determinarem como o processo ocorrerá e serem determinados pelo próprio processo.

Ressaltamos ainda que tratamos o discurso político de posse como gênero argumentativo pelo fato de apresentar uma estrutura voltada para o convencimento do receptor, arrebanhando-o para o grupo político que assume o poder, conclamando-o, mesmo que ilusoriamente, a dar sua parcela de contribuição para o sucesso da empreitada proposta.

Conforme mencionado anteriormente, segundo Koch (2001), o ato fundamental da linguagem é o ato de argumentar, uma vez que quando falamos agimos sobre o outro, pois dotamos nossa fala de uma dada força argumentativa. No caso do discurso político, a força argumentativa assume o grau de intensidade maior do que na maioria dos demais textos, o que reforça nossa tese de que o discurso político de posse é um gênero argumentativo.

Após situarmos o leitor no nosso campo teórico, apresentando-lhe as informações teóricas básicas, e de caracterizar nosso *corpus*, reuniremos, agora, as informações que darão suporte às nossas assertivas.

## **2.1. A Estrutura e o Gênero**

Embora saibamos que os gêneros são definidos mais como fatos sociais, não podemos esquecer totalmente os elementos estruturais, pois são eles, num primeiro momento, que sinalizam para o reconhecimento de determinado gênero.

Os textos em questão apresentam-se compostos de acordo com uma estrutura bem definida, na qual encontramos, de início, um breve comentário sobre o pleito e suas adversidades, alguns comentários sobre o próprio político, retaliações aos opositores e enaltecimento das características e feitos próprios, conclamação

para que povo e governo lutem para construir um futuro melhor, profissão de fé e pedido de benção e força a Deus e à família e despedida<sup>9</sup>.

A estrutura do gênero em questão estaria assim organizada: uma breve introdução, na qual os comentários sobre o pleito ocupam lugar de destaque; desdobramento(s), em que cada sujeito escolheria que caminho seguir e que assuntos abordar; e uma conclusão que, mesmo podendo assumir tons diferentes, no caso dos textos em destaque, trazem o povo ao poder, para com o eleito e Deus, compor a tríade que governará o estado por, pelo menos, quatro anos.

## 2. 2 A Situação Comunicativa e o Gênero

Um discurso político de posse ocorre num momento de júbilo e ao mesmo tempo de desabafo. Um grupo político, ascende ao poder em detrimento de outro, que dele se afasta.

Inseridos na categoria denominada por Bakhtin (2000) como gêneros secundários, mais trabalhados, fazendo uso de recursos linguísticos mais desenvolvidos, em oposição aos gêneros primários, gêneros da comunicação diária, os discursos aqui escolhidos apresentam uma conjuntura um tanto quanto diferente, a saber: Roberto Requião vence pela terceira vez o pleito para o governo do Paraná e Marcelo Déda elege-se governador de Sergipe pela primeira vez.

O fato de termos “cenas” distintas não descaracteriza a investigação, nem tão pouco constitui elemento perturbador para a regularidade que pensamos haver no referido gênero.

Os textos em questão dirigem-se, em primeira instância, aos Deputados e autoridades presentes na Assembléia Legislativa Estadual, onde foram proferidos, e, em última instância, ao povo de cada Estado, ao povo que confiou o voto ao governador eleito. Tal fato justifica as escolhas linguísticas, que, ao passo que não podem ser simplistas, não devem caminhar para o pedantismo, fato que pode ser observado na recorrência a citações, sejam diretas ou indiretas.

Sei que hoje, não sou aqui apenas um, nem me caibo na solidão do pronome eu. Aqui e agora sou muitos. Já nos ensinava Paulo Freire que **“ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, todos nos libertamos juntos.”** (8º parágrafo, Déda)

---

<sup>9</sup> Como pensamos estarem em segundo plano as características formais de um gênero, não fizemos citações das referidas passagens, que podem ser confirmadas nos discursos analisados.

Enfim, recuperemos as nossas condições de seres humanos. Segundo Aristóteles, “animais políticos”; isto é gregários, solidários, civilizados, já que civilização pressupõe solidariedade, irmandade. (39º parágrafo, Requião)

A citação confere um tom intelectual ao enunciado, ao passo que, principalmente no segundo trecho, quando palavras de pouca circulação aparecem, trata-se imediatamente de elucidá-las, de traduzi-las à língua do povo.

Outro recurso muito utilizado no referido gênero é o da alusão histórica, demonstrando, ao mesmo tempo, conhecimento e capacidade associativa do recém-eleito.

Nos liga, por exemplo, à tradição anti-oligárquica de Fausto Cardoso, o grande herói urbano de Aracaju, o tribuno eterno de Sergipe, que sacrificou a vida no altar das suas idéias e fez-se símbolo e exemplo para todos os que buscaram a modernização política, a justiça social, a democracia e o fim dos conluíus oligárquicos. (17º parágrafo, Déda)

.....  
Já próximo da morte, nas reflexões finais sobre a sua trajetória política, François Mitterrand disse que a direita julga que o poder é dela, por delegação natural, como se fosse a reprodução do direito divino dos reis. Assim, para a direita, a eventual ascensão da esquerda é usurpação, é antinatural. (42º parágrafo, Requião)

Há, também, nos textos tratados um forte apelo emocional. Quando os candidatos dirigem suas palavras diretamente ao povo de seus estados, o tom muda, as palavras mudam, o povo está ali, no poder, no candidato, no púlpito.

Não podemos ter vergonha de dizer que no nosso governo os pobres são prioridade. Governaremos com todos e para todos, deixando claro, no entanto, que atenção prioritária é para os que mais precisam: os desempregados, a juventude das periferias, os sem-terra, os idosos, as crianças e adolescentes, enfim, os excluídos. (30º parágrafo, Déda)

.....  
Essa gente torce o nariz quando algum governo declara sua opção, seu amor, sua solidariedade para com o povo.

(...)

O nosso lado é o lado do povo.

E como então aceitar a conciliação que alguns companheiros urdem? (22º, 25º e 26º parágrafos, Requião)

Por fim (não que não haja mais características intrínsecas ao gênero referido, mas para não nos alongarmos demais), percebe-se que os dois governadores eleitos fazem uma retaliação aos seus adversários políticos, acusando-os de serem corruptos, de agirem por interesses próprios e de condenarem seus estados ao retrocesso financeiro e social.

Décadas de dominação oligárquica cristalizaram na vida pública sergipana, um conjunto de erros políticos, vícios administrativos e

desvios éticos. A mesmice tornou-se a matéria-prima das ações de governo e a incompetência administrativa lançou fora oportunidades históricas que poderiam ter melhorado a vida do nosso povo e avançado a marcha de Sergipe rumo ao desenvolvimento. A ausência de alternância do poder permitiu que, à sombra do aparato estatal, germinasse uma elite divorciada do povo, agindo como se fosse proprietária de Sergipe, estabelecendo vínculos oligárquicos e até hereditários de poder e sobrevivendo graças a acordões que, transformando o adversário de ontem em aliado de sempre, buscavam impedir a mudança e preservar privilégios. (19º parágrafo, Déda)

.....  
Do lado de lá, reuniram-se todos os interesses contrariados. Vi-os todos no palanque do adversário. Os que quebraram e privatizaram o Banestado.

Os que quebraram e tentaram privatizar a Copel, os que alienaram o controle da Sanepar, não investiram em saneamento e fizeram ressurgir até mesmo a cólera em nosso Estado. Os que privatizaram as estradas e criaram aqui a mais abusiva de todas as tarifas de pedágio. Os que destruíram a educação pública, acabaram com o ensino profissionalizante e fizeram o Paraná regredir aos piores índices de qualidade de ensino no país. (10º e 11º parágrafos, Requião)

Inseridos em uma situação comunicativa específica, os textos analisados não apenas servem aos interesses dos seres humanos, traduzindo seus pensamentos e influenciando seus ouvintes. Se pensarmos os gêneros dessa forma, estaremos reduzindo essa problemática a questões formais e atemporais, tomando a língua como simples estrutura.

Tal redução implicaria em alguns problemas: limitaria a compreensão do gênero a aspectos que já conhecemos; ignoraria a recepção dos textos de maneiras diferentes por pessoas diferentes; levaria a compreensão dos gêneros como construtos textuais estanques, imutáveis. (BAZERMAN, 2005.)

Os fragmentos acima, pensamos, demonstram que os gêneros não só servem a um propósito comunicativo, mas, nas palavras de Bazerman (2005, p. 31): “tipificam muitas coisas além da forma textual. São parte do modo como os seres humanos dão forma às atividades sociais.”

Ou seja, não há uma via de mão única, na qual a situação determina o gênero, mas uma de mão dupla, em que gênero e situação comunicativa determinam-se mutuamente, num processo dialético, constituindo, assim, as relações sociais.

Ao emprendermos essa pequena investigação sobre o DPP, tivemos como objetivo elencar algumas características que pudessem caracterizá-lo com gênero

autônomo utilizado em um contexto específico, direcionando nosso olhar mais para as propriedades comunicativas (utilização do gênero no social) e menos para as questões formais.

Percebemos que como mediador das relações humanas, o gênero em questão, ao passo que se atrela a um momento bem específico, parece “dominar” esse momento, “impondo” ao sujeito que o utiliza formas e sentidos necessários àquela situação, e não somente materializa o pensamento.

Outro ponto que observamos refere-se ao fato de que os gêneros não são estanques, eles sofrem pequenas alterações a depender de quem o utiliza e do contexto de produção a que está vinculado.

Essa questão remete-nos mais uma vez a Bazerman (2005), para quem podem existir diferenças dentro do mesmo gênero. Diferenças essas surgidas devido a questões culturais, metodológicas e relacionadas à situação e à interação do momento.

Assim sendo, acreditamos ser possível afirmar que o DPP emerge como um gênero textual dentro de um domínio discursivo que seria o discurso político.

Caracterizado o DPP enquanto gênero textual, exporemos, agora, a(s) teoria(s) linguística(s) que servirá(ão) de referencial para o nosso trabalho, explicitando o que buscaremos da AD e da Pragmática para a composição de nosso trabalho.

### 3 CAPITULO II: A(S) TEORIA(S)

#### 3.1 Análise do Discurso

**O**s estudos linguísticos, até a metade do século XX, eram pautados pela influência saussuriana, tomando como objeto a língua, em seu estado puro.

A mudança desse panorama inicia, segundo Brandão (2004), na década de cinquenta, quando Harris, em seus trabalhos, começou a mostrar a possibilidade de estender os estudos linguísticos americanos para além da frase, para o enunciado (ou “discurso”) prenunciando a vindoura Análise do Discurso.

Embora não ligados diretamente à AD, Bakhtin, Benveniste, Jakobson e outros teóricos contribuíram para a sua formação quando trouxeram para os estudos linguísticos o sujeito, relegado ao ostracismo por F. Saussure. O dialogismo bakhtiniano, a enunciação de Benveniste e os elementos da comunicação de Jakobson possibilitaram uma releitura do estruturalismo saussuriano, que, atrelado a teorias marxistas, freudianas e foucaultianas lançou as bases teóricas para a AD.

A AD de orientação francesa tem, pois, origem em Pêcheux e Dubois, na segunda metade da década de 60, com a junção de três bases teóricas: psicanálise, marxismo e linguística.

Tal junção permitiu a Pêcheux pensar um estudo da linguagem humana que articulasse o linguístico com o social, trazendo para os estudos linguísticos os embates entre língua e história, relações de poder e linguagem, enfim, entre linguagem e relações sociais.

Como toda disciplina que principia, a AD carecia da formulação de alguns conceitos próprios, ou, pelo menos, de explicitar como determinados conceitos seriam trabalhados por ela, indo, então, buscar sustentação em alguns teóricos consagrados.

O conceito de ideologia vem da leitura de Marx por Althusser.

Segundo o Althusser (1998, p. 85), “A ideologia é uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”. Ou seja, através da interpelação de indivíduos enquanto sujeitos, a ideologia concede-lhes papéis sociais, transformando-lhes em atores “desta encenação da interpelação” (ALTHUSSER, 1998, p.99). Assim, a ideologia transmite aos sujeitos a ilusão de que são agentes livres, senhores de seus discursos e que podem escolher entre seguir

ou não seguir determinados rituais ideológicos. É dessa “liberdade” imaginária que surge o assujeitamento – condição em que o sujeito assimilaria uma ideologia como sendo a verdade das coisas, não percebendo, dessa forma, o jogo de interesses pela manutenção da ordem social vigente. Esse assujeitamento ocorreria nos mais diversos níveis da esfera social: família, escola, direito etc.

Assim sendo, para a AD, o sujeito tem a falsa impressão de que é criador e senhor do seu discurso, não percebendo que “todo discurso manifesto se repousaria secretamente sobre um já-dito; e que esse já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais-dito(...)”. (FOUCAULT, 2007, p. 28)

Outro conceito basilar para os estudos em AD é o de formação discursiva, emprestado, e redirecionado, de Michel Foucault. Segundo o filósofo, uma formação discursiva seria:

Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiriam uma época dada, e para uma área social, econômica e geográfica ou lingüística dada, as condições de exercício da função enunciativa. (FOUCAULT, 2007, p. 44)

Uma FD estaria, então, no seio de outras FD's e pelo diálogo com elas (interdiscurso) seria determinada, embora o sujeito não tenha consciência dessa determinação externa.

Definido, também, partindo de Foucault, o conceito de discurso é outro ponto chave nos estudos em AD, ele seria um conjunto de enunciados que remetem a uma mesma formação discursiva. Ou seja, para se estudar uma FD, é necessário que se estude os enunciados que a compõem, fazendo surgir, assim, uma regularidade. O discurso é estudado no entrecruzamento entre a estrutura e o acontecimento, priorizando este em detrimento daquela, o que, por si só, já altera os paradigmas dos estudos linguísticos até então. (PÊCHEUX, 2002)

É partindo desse lugar teórico, segundo Brandão (2004, p. 32), que Pêcheux postula o quadro epistemológico da AD, englobando três regiões:

o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e suas transformações; a Lingüística, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; a teoria do discurso, como a teoria da determinação histórica dos processos semânticos.

No Brasil, conforme já mencionamos, a AD de orientação francesa é bastante difundida, tendo diversos centros de estudos voltados para essa disciplina (UFMG, UFPE, UFAL e, mais recentemente, a UFS).

Segundo Ferreira (2005), entre nós a AD separou-se da linguística e alçou vãos próprios, entrecruzando áreas como a História, a Filosofia, a Sociologia e a Psicanálise e tomando como objeto de análise não somente o discurso político, mas também textos religiosos, de movimentos sociais, científicos, do cotidiano entre outros.

Essa variedade de discursos tomados pela AD no Brasil permite a Orlandi (2005), sem desprezar as contribuições de Pêcheux à AD em todo o mundo, criticar uma filiação a uma suposta escola francesa de AD, no sentido de dependência intelectual, afirmando que temos, sim, uma AD brasileira (como temos também em outras partes do mundo), disciplina desenvolvida por uma tradição de estudos linguísticos diferente da francesa, guardando, por isso, sua especificidade e autonomia.

Como as categorias *ethos* e sujeito serão objeto de análise em nosso trabalho, achamos por bem as tratar em separado.

### **3.1.1 Ethos: da Retórica à AD**

Ao tomar a palavra, um orador qualquer constroi para si uma imagem de seu público e, partindo daí, cria uma imagem de si para esse público, objetivando uma maior eficácia de seu discurso. Essa é a noção de *ethos*: uma imagem de si no discurso.

O primeiro a utilizar esse termo foi Aristóteles (19--), em sua Arte Retórica. Ao dividir as provas engendradas pelo discurso em *logos*, *ethos* e *pathos*, ele diferencia-se dos estudiosos da época, para quem o *ethos* não contribuiria para a persuasão. Para o grego, o *ethos* seria uma imagem discursiva construída pelo orador, deixando transparecer traços que seriam importantes para a eficácia da oratória, não importando se esses traços corresponderiam à realidade ou não.

O *ethos* em Aristóteles é performático, dependendo mais da maneira como o orador se expressa, gestos, tom de voz, semblante, e menos do que é realmente dito.

Para a Retórica romana, influenciada por Isócrates, a noção de *ethos* era diferente do que concebiam os gregos. Ele não seria discursivo, mas estaria alicerçado em caracteres da vida do orador, uma vez que o exemplo de vida de um homem teria mais peso que suas palavras. O bom orador seria, então, aquele que unisse caráter moral e destreza do manejo com as palavras. (AMOSSY, 2005)

Por ser um conceito bastante utilizado pelas disciplinas humanas, a noção de *ethos* varia a depender da abordagem que se pretende, cada disciplina toma essa noção e adapta-a às suas necessidades, o que faz não o conceito, mas a forma de conceber o *ethos* muito díspare.

Para a Sociologia, o *ethos* não depende do locutor, mas da posição social que ele ocupa, constituindo-se na autoridade exterior que goza o locutor, ou seja, somente quem é autorizado por uma instituição lograria êxito na empreitada argumentativa. (AMOSSY, 2005)

Ainda no campo da Sociologia, encontramos os trabalhos de Erving Goffman (apud AMOSSY, 2005), para quem o *ethos* seria constituído no processo de interação social, através das imagens mútuas que fazem de si locutor e alocutário. Goffman fala ainda da noção de representação, que consiste na “totalidade da atividade de determinado indivíduo, em dada ocasião, realizada com o objetivo de influenciar de certa maneira um dos participantes.” (GOFFMAN, apud AMOSSY, 2005, p. 12)

Nas ciências da linguagem, o primeiro a usar o termo *ethos* foi Oswald Ducrot. Situando seus trabalhos no que ele chamou de Pragmática, Ducrot diferencia o locutor ‘L’, enquanto elemento discursivo, do locutor ‘λ’, enquanto ser no mundo. A noção de *ethos* estaria ligada ao locutor ‘L’, configurando-se como uma ação que visa a influenciar o parceiro, enfatizando a fala. (AMOSSY, 2005)

Para ele, o *ethos* deve permanecer em segundo plano na enunciação, não se constituindo como objeto do discurso, mas sendo percebido pelo auditório. Não se trata de afirmações que o autor pode fazer a respeito de sua pessoa no conteúdo do seu discurso – afirmações que, ao contrário, correm o risco de chocar o auditório –, mas da aparência que lhe conferem a cadência, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos... “Em minha terminologia, direi que o *ethos* está associado a L, o locutor como tal: é na medida em que é fonte da enunciação que ele se vê revestido de certos caracteres que, em consequência, tornam essa enunciação aceitável ou refutável.” (DUCROT, apud MAINGUENEAU, 2008, p. 14)

Também nas modernas teorias argumentativas (Nova Retórica) a noção de *ethos* é trabalhada. Segundo esses estudos, o orador tem a necessidade “de se adaptar a seu auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente, construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem.” (AMOSSY, 2005, p. 19)

Dominique Maingueneau foi o responsável por introduzir na AD o conceito de *ethos*. Por trabalhar o discurso, essa disciplina retoma a noção aristotélica de *ethos* enquanto criado no próprio discurso, divergindo apenas na questão de ser o *ethos*, para o pensador grego, construído pela performance do orador. Para a AD o *ethos* é criado a partir da própria enunciação, através de “pistas” deixadas pelo enunciador para que o co-enunciador construa, para si, uma imagem daquele que fala. Nesse sentido, Maingueneau (2008) coloca a noção de fiador, como sendo um “ser” criado pelo co-enunciador a partir do que ele imagina das palavras do enunciador. A figura do fiador conferiria uma credibilidade ao discurso, pois esse corresponderia, para o co-enunciador, a uma imagem real, a figura da pessoa que fala.

Nas palavras de Maingueneau (2008, p. 15):

A persuasão não se cria se o auditório não puder ver no orador um homem que tem o mesmo *ethos* que ele: persuadir consistirá em fazer passar pelo discurso um *ethos* característico do auditório, para lhe dar a impressão que é um dos seus que está ali.

Vale ressaltar, ainda, que o *ethos* pretendido pode não ser o percebido. Um locutor que queira criar um *ethos* de intelectual, por exemplo, pode passar por pedante; alguém que queira criar um *ethos* de arrojado pode passar por irresponsável e assim por diante. Ou, ainda, o enunciador pode demonstrar, no discurso, um *ethos* mentiroso, apenas adequado à situação que está vivendo, objetivando a eficácia de seu discurso.

### **3.1.1.1 *Ethos*: um conceito e alguns problemas**

Pensadores como Maingueneau (2008) e Motta (2008) levantam alguns problemas referentes à noção estritamente discursiva do *ethos*.

Maingueneau (2008) afirma que, embora o *ethos* esteja ligado à enunciação, é notório que o público constroi representações do enunciador antes mesmo que ele fale, através de informações prévias de que dispõe. Nesse sentido, propõe uma distinção entre *ethos* discursivo e *ethos* pré-discursivo.

Desta forma, “O *ethos* se elabora, assim, por meio de uma percepção complexa, mobilizadora da afetividade do intérprete, que tira suas informações do material linguístico e do ambiente.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 16)

Para o autor, seria uma decisão teórico-metodológica atribuir o *ethos* ao material estritamente linguístico ou não.

Em consonância com Maingueneau, Motta (2008), ao fazer uma análise do *ethos* em músicas do grupo Racionais MCs, mescla o que conhecemos como *ethos* da AD, *ethos* pré-discursivo e *ethos* da Retórica romana, uma vez que não basta dizer, é preciso ser alguém autorizado para dizer.

De acordo com a autora,

o *ethos*, isto é, aquilo que o enunciador mostra de si (percebendo ou não) quando anuncia, nesse caso, de certa maneira tem um componente anterior e até independente da enunciação, uma vez que se trata de aspectos físicos, econômicos e de proveniência geográfica. (MOTTA, 2008, p. 100)

Desse fragmento, percebe-se como é fugidia a noção de *ethos* puramente discursivo que a AD busca analisar, pois, por mais que façamos uma gigantesca abstração, será muito difícil nossa análise não vir “maculada” pelo extra-discursivo.

### 3.1.2 O sujeito da AD

Para entendermos como se processa a noção de sujeito para a AD, precisaremos recuar um pouco até Benveniste e sua teoria da subjetividade da linguagem.

Responsável por trazer o sujeito para os estudos da linguagem, Benveniste o faz considerando-o como fonte e senhor de todo sentido, ou seja, o sujeito diz o que diz com determinada intenção e essa intenção produz o efeito desejado no ouvinte. Esse sujeito, que é constituído a partir da relação eu/tu, é um sujeito consciente, intencional, dominando de tal forma a enunciação que impõe sobre o tu uma espécie de tiranismo linguístico, em que ele tem ascendência sobre o outro.

O sujeito – locutário – em Benveniste é, pois, o sujeito da unicidade, que se constitui numa relação com o tu – alocutário –, em oposição ao ele, considerado com o ausente, a não-pessoa.

Essa teoria é contestada pela AD e por outras teorias da linguagem, uma vez que apresenta uma ilusão de que ele, o sujeito, domina a linguagem e dela se serve para seus objetivos comunicativos.

Para a AD, o sujeito do discurso é marcado historicamente, pois em sua fala aparecem outras falas que foram se “colando” nele ao longo de sua história, aproxima-se do sujeito da psicanálise, uma vez que tem a falsa ideia de que é senhor de seu discurso, quando na verdade é profundamente marcado por uma

formação discursiva que por sua vez está vinculada a uma ideologia, e é atual, pois se constitui somente no discurso.

Nas palavras de Brandão (2004, p. 59):

Para essas abordagens [AD], a noção de história é fundamental, pois, porque marcado espacial e temporalmente, o sujeito é essencialmente histórico. (...) à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social.

Recusa-se, pois, a noção de um sujeito uno, centrado no ego (eu) em favor de um sujeito dividido, clivado, um sujeito que não é fonte de um enunciado, mas constituído através de uma estrutura complexa que une história, psicanálise e teorias da linguagem, para, enfim, constituir um sujeito descentrado e considerado como um efeito da linguagem, uma vez que não seria ele que enuncia formas linguísticas, mas por elas é enunciado, ou, de acordo com Orlandi (1990), ele não diz, é dito.

Ao considerar o sujeito como um efeito de discurso, interpelado por uma formação discursiva e por uma ideologia, a AD traz a noção de assujeitamento, ou seja, não é o sujeito que enuncia algo, mas uma dada FD que define o que pode e deve ser dito por ele, criando a falsa impressão que o sujeito é senhor de seu discurso.

É nesse sentido que podemos afirmar que a AD é uma teoria não-subjetiva da linguagem, pois para ela, embora o discurso não possa prescindir de um sujeito, a problemática não está centrada nele, mas em complexos sistemas de representação nos quais o sujeito é determinado por processos ideológicos, inconscientes e históricos.

O sujeito da AD vai, então: “colocar-se estratégica e perigosamente entre o sujeito da ideologia (pela noção de assujeitamento) e o sujeito da psicanálise (pela noção de inconsciente), ambos constituídos e revestidos materialmente pela linguagem. (FERREIRA, 2005, p. 14)

### **3.2 Pragmática**

Em seu início, as reflexões que hoje chamamos pragmáticas não tinham nenhuma ligação com as teorias linguísticas, elas se originaram em questionamentos essencialmente filosóficos.

Segundo Levinson (2007), o termo pragmática pode ser atribuído ao filósofo Charles Morris, que, ao propor uma ciência geral dos signos – semiótica –, dividiu sua teoria em três ramos: a sintaxe, que cuida da relação dos signos entre eles mesmos; a semântica, que estuda a relação dos signos com os objetos; e a pragmática, que trata da relação dos signos com seus usuários.

Na mesma linha de Morris, encontramos Carnap (1938, apud Levinson 2007, p. 3), que, embora ainda adote uma tríade parecida com a de Morris, inicia um processo de estreitamento do termo. Segundo o filósofo:

Se, numa investigação, faz-se referência explícita ao falante ou, para dizê-lo em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, então, consignamo-la ao campo da pragmática... Se abstraímos o usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e seus designata, estamos no campo da semântica. E, finalmente, se abstraímos também os designata a analisamos apenas as relações entre as expressões estamos no campo da sintaxe (lógica).

Levando-se em consideração que toda atividade humana em que há relação entre pessoas (falantes) é uma relação social, a Pragmática seria uma disciplina que trataria a linguagem como um fenômeno discursivo e social, o que, pela amplitude desses termos, traria para seu seio todos os estudos linguísticos modernos. Para resolver essa situação, incluiremos nessa definição a palavra contexto, que para os pragmaticistas apresenta-se como “a situação concreta em que os atos de fala são emitidos, ou proferidos, o lugar, o tempo, a identidade dos falantes etc., tudo que é preciso saber para entender e avaliar o que é dito”. (Armengaud, 2006, p. 13)

A Pragmática trata, pois, da relação dos usuários de uma língua com os signos em um determinado contexto. É preciso pontuar que a disciplina assinala diferentes níveis de estruturação do contexto, a saber: o contexto circunstancial, referente ao ambiente físico em que se encontram os falantes; o contexto situacional, que coincide com o ambiente cultural do discurso; o contexto interacional, que caracteriza as formas de discurso e os sistemas de signos que os acompanham; e o contexto epistêmico, referente ao conjunto de valores comuns aos interlocutores. (PAVEU & SARFATI, 2006)

A Pragmática viria, pois, para tentar responder a alguns questionamentos tanto de ordem linguística quando de ordem filosófica, como:

Que dizemos exatamente quando falamos? Por que perguntamos ao nosso vizinho de mesa se ele pode nos passar o sal, quando é flagrante e manifesto que ele pode? Quem fala, e a quem? Quem fala e com quem? Quem fala e para quem? Quem você acha que sou para me falar desse modo? Precisamos saber o quê para que

uma ou outra frase deixe de ser ambígua? O que é uma promessa? Como alguém pode dizer uma coisa completamente diferente daquilo que queria dizer? Podemos confiar no sentido literal de uma frase? Quais são os usos da linguagem? Em que medida a realidade humana é determinada por sua capacidade de linguagem? (Armengaud, 2006, p. 10).

Buscando responder a esses questionamentos, a Pragmática, ainda segundo Armengaud (2006), mira seus holofotes em algumas questões filosóficas: a subjetividade, tratando o sujeito a partir da comunicação, e não a partir do pensamento; a alteridade, o outro é percebido a partir da interlocução; o cogito cartesiano, pois para os pragmaticistas a frase “eu penso” é sempre verdadeira, uma vez que sua negativa – “eu não existo” – por si só contraria a lógica pragmática; a dedução transcendental das categorias em Kant; as controvérsias que marcam a história das ciências; e as questões da lógica.

Tributária da semiótica de Pierce, a Pragmática, para se definir enquanto ciência autônoma, busca suporte também em algumas teorias linguísticas. Da distinção entre tipo e ocorrência, do pragmaticismo pierceano, na qual o tipo seria o sentido literal de uma sentença e a ocorrência seria essa sentença em um determinado contexto, a pragmática, pelo mencionado anteriormente, optou especificamente por tudo o que é função de ocorrência de um signo. Se associarmos a área de investigação da pragmática aos conceitos chomysquianos de competência e desempenho, verificaremos que ela está ligada ao segundo, uma vez que concerne ao falante em específico. Já em relação aos conceitos de enunciado e enunciação de Benveniste, poderemos associar a Pragmática à enunciação, pois essa é o processo, a emissão de uma dada sentença em um dado contexto, enquanto o enunciado é o produto. (Levinson, 2006)

Importa ressaltar que o campo ocupado pela Pragmática nas ciências da linguagem foi marcado desde Saussure, pois este, ao priorizar em seus estudos a língua, em detrimento da fala, deixou espaço para que uma disciplina assumisse tal postura. Essa disciplina é a Pragmática. O que faz com que ela tenha uma dupla origem: em Pierce e em Saussure. (DASCAL, 1982)

Seguindo o desenvolvimento da ciência, Armengaud (2006) pontua que, embora Bar-Hillel, que tinha como projeto refutar as ideias de Carnap, e Stalnaker, que buscou formalizar a ciência pragmática, definindo inclusive quais seriam as suas tarefas (a análise dos atos ilocucionários e caracterizar os traços do contexto que sejam relevantes), tenham contribuído para a afirmação da ciência, é com Hansson,

e seu projeto de uma pragmática em três níveis, que temos um ordenamento e desenvolvimento da disciplina.

Ele assim caracterizou os três níveis da Pragmática: o primeiro trataria do estudo dos símbolos inextricáveis, ou seja, de expressões cujo sentido variaria a depender do contexto em que são utilizadas; o segundo trata das situações em que o contexto faria com que uma determinada proposição expressasse significado diferente do literal, devemos pontuar que esse contexto seria o que chamamos anteriormente de epistêmico; e a pragmática de terceiro nível, que trataria da teoria dos atos de fala.

Já que em nosso trabalho a teoria dos atos de fala ocupa lugar de destaque, reservamos um tópico para explicitar como ela será abordada, fazendo um percurso desde a sua concepção, com Austin, até a sua afirmação, com Searle.

### **3.2.1 A teoria dos atos de fala: de Austin a Searle**

Para a semântica clássica, a linguagem era uma forma de representação da realidade, uma forma de dizer o mundo. É a partir dos filósofos da escola de Oxford, primeiramente com Austin e depois com Searle, Strawson e outros, que essa concepção começa a mudar.

Em *Quando dizer é fazer*, Austin (1990) empreende uma investigação que revoluciona a maneira de pensar a linguagem. Segundo ele, para saber o que o falante quer dizer é preciso saber o que ele quer fazer. Para esse novo modelo, a linguagem passaria a ser considerada com uma forma de o falante agir sobre o mundo, e as sentenças não estariam mais sujeitas a serem analisadas de acordo com condições de verdadeiro/falso, mas em termos de eficácia – felicidade – do ato de fala<sup>10</sup>, como pode ser visto pela citação abaixo:

Comecei a chamar a atenção, mediante exemplos, para alguns proferimentos simples do tipo conhecido como performatórios ou performativos. Estes proferimentos têm a aparência – pelo menos a forma gramatical – de “declarações”; observados mais de perto, porém, resultam ser proferimentos que não podem ser “verdadeiros” ou “falsos”. (AUSTIN, 1990, p. 29)

Importaria saber por que uma determinada sentença é utilizada em lugar de outras e em um dado contexto, bem como a maneira como essa sentença é compreendida pelo ouvinte.

---

<sup>10</sup> Sobre essa nomenclatura falaremos mais adiante.

Austin, então, caracterizou três tipos de atos: os locucionários, referentes ao que é dito; os ilocucionários, que tratam da força comunicativa associada à forma de elocução; e os perlocucionários, aqueles que têm como meta produzir um determinado efeito no ouvinte.

Caracterizados os atos de fala, ele direcionou seus estudos para os atos ilocucionários, uma vez que o objetivo específico desse ato seria o de realizar ações. Ele chamou então essas expressões – atos – de expressões performativas ou proferimentos performativos.

Criaram-se, então, algumas condições essenciais para que um proferimento performativo tivesse êxito, as chamadas condições de felicidade de um ato, a saber: deve existir um procedimento socialmente aceito, os participantes e o contexto devem ser adequados à realização desse procedimento, o ato deve ser executado de maneira correta e integral, os falantes devem ter a intenção de realizar o ato e, tendo a intenção, devem proceder de maneira a realizá-lo. (AUSTIN, 1990, p. 31)

Uma vez tendo definido como objeto de estudo os atos ilocucionários e formalizado as condições necessárias ao sucesso desses atos, Austin classificou esse atos em:

- vereditivos, que seriam aqueles em que o falante faz uma apreciação, uma avaliação do fato, tendo como verbos próprios absolver, condenar, constatar etc.;
- os exercitivos, aqueles em que o falante se posicionaria contra ou a favor de determinada ação, tendo como verbos próprios nomear, demitir, conceder, aconselhar etc.;
- os comissivos, aqueles nos quais o falante se compromete com uma linha de ação futura, como prometer, consentir, planejar, concordar, assegurar etc.;
- os comportamentais, referentes às atitudes e comportamentos dos falantes, desculpar-se, felicitar, agradecer, parabenizar etc.;
- os expositivos, aqueles usados para emitir opinião sobre determinada coisa, para conduzir debates, declarar, formular, informar. (AUSTIN, 1990)

Como toda reflexão que inicia, a teoria de Austin apresentava algumas falhas, falhas essas que foram pontuadas e, de certo modo, corrigidas mais tarde por Searle.

Uma primeira falha na teoria de Austin, apontada por Searle, foi a confusão feita em relação a atos ilocucionários e verbos ilocucionários. Segundo este, Austin não diferenciou verbos de atos, o que levou à criação de uma teoria dos verbos ilocucionários, e não dos atos ilocucionários, como podemos perceber através do fragmento: “A primeira coisa a ser notada sobre essas listas [classificação de Austin] é que não são classificações de atos ilocucionários, mas de verbos ilocucionários.” (SEARLE, 2002, p. 14)

Searle menciona também o fato de mesmo se considerando uma lista de verbos e não uma classificação de atos, nem todos os verbos catalogados por Austin são ilocucionários, bem como o fato de não haver um princípio claro e preciso sobre o qual a taxonomia fora erigida, decorrendo desses fatos uma sobreposição de categorias e muita heterogeneidade no interior de cada uma.

Para não nos alongarmos demais, tomemos as palavras do próprio Searle (2002, p. 18), que aponta seis dificuldades na taxonomia de Austin:

Há uma confusão persistente entre verbos e atos, nem todos os verbos são verbos ilocucionários, há sobreposição demais entre as categorias, muitos dos verbos catalogados nas categorias não satisfazem a definição dada para a categoria, e, o mais importante, não há princípio consistente de classificação.

Devemos pontuar que, mesmo não percebendo todos os problemas existentes em sua teoria, pois se assim o fizesse, haveria de corrigi-los, Austin deixou claro que aquilo que estava propondo deveria ser revisto mais tarde: “Não estou, de modo algum, propondo nada definitivo.” (AUSTIN, 1990, p. 124)

Após apontar as possíveis falhas da teoria proposta por Austin, Searle (2002, p. 3-11) apresenta uma taxonomia alternativa para os atos de fala, taxonomia esta baseada em doze critérios de significação:

1. Diferenças quanto ao propósito (tipo de) ato;
2. Diferenças quanto à direção do ajuste entre as palavras e o mundo;
3. Diferenças quanto aos estado psicológico expresso;
4. Diferenças quanto à força ou vigor com que o propósito ilocucionário é apresentado;
5. Diferenças quanto ao estatuto ou posição do falante e do ouvinte, no que concerne à força ilocucionária;
6. Diferenças quanto ao modo como a emissão se relaciona com os interesses do falante e do ouvinte;

7. Diferenças quanto às relações com o resto do discurso;
8. Diferenças quanto ao conteúdo proposicional determinadas pelos dispositivos indicadores da força ilocucionária;
9. Diferenças entre os atos que devem sempre ser atos de fala e os que podem, mas não precisam, ser realizados como atos de fala;
10. Diferenças entre os atos que requerem e os que não requerem instituições extralingüísticas para sua realização;
11. Diferenças entre os atos em que o verbo ilocucionário correspondente tem um uso performativo e aqueles em que isso não acontece;
12. Diferenças quanto ao estilo de realização do ato.

Tendo em vista que o objetivo deste trabalho não é discutir a teoria dos atos de fala, mas analisar como dois desses atos estruturam-se no discurso político de posse, escolhemos apenas três aspectos dos mencionados acima para comentar, pois acreditamos que os demais não constituem dificuldade para a compreensão: a questão do estado psicológico expresso, que se refere ao fato de falante e ouvinte apresentarem estados psicológicos diferentes a depender do ato realizado, passando pela crença (uma crítica causaria tal efeito), intenção (própria da promessa), desejo (pedidos, súplicas etc.), prazer (felicitações em geral) etc., a relação existente entre as palavras e o mundo, que se resume ao fato de, em alguns casos, as palavras se ajustarem ao mundo e em outros o mundo se ajustar às palavras. Nas palavras de Searle (2002, p. 4-5): “Algumas elocuições têm, como parte de seu propósito ilocucionário, fazer as palavras (mais precisamente, seu conteúdo proposicional) corresponder ao mundo; outras, fazer o mundo corresponder às palavras.”

Nesse sentido, nos assertivos a direção de ajuste é palavra-mundo, nos diretivos mundo-palavra, nos compromissivos, mundo-palavra, nos expressivos não haveria direção, já que a verdade é pressuposta, e nas declarações tanto pode ser mundo-palavra como palavra-mundo, uma vez que há correspondência entre a realidade e as palavras; e o item quatro, referente à força ou vigor ilocucionário, que se refere ao que Searle chamou de DIFIs – dispositivos indicadores de força ilocucionária, ou seja, o falante pode, ao executar um ato, através de determinados dispositivos, intensificar ou atenuar a força ilocucionária com que o proferimento é emitido.

Baseando-se nesses critérios, ele reestruturou a nomenclatura dos atos de fala, passando eles a serem classificados da seguinte forma:

- assertivos, que teriam como objetivo comprometer o falante com a veracidade da proposição expressa, assemelhando-se aos expositivos

e aos vereditivos de Austin (a crítica seria um exemplo desse tipo de ato);

- diretivos, tentativas de o falante levar o ouvinte a fazer algo, como as ordens;
- compromissivos, comprometem o falante com uma linha de ação futura, a promessa entraria aqui;
- os expressivos, expressam um estado psicológico a respeito do estado das coisas, são as avaliações, pareceres etc;
- as declarações, caracterizadas pelo fato de, quando bem realizadas, produzirem uma correspondência entre o conteúdo proposicional e a realidade.

Ao propor uma nova classificação para os atos de fala, Searle também reformulou as condições necessárias para que um ato seja executado com sucesso, as chamadas condições de felicidade. Para ele, para ser eficaz, um ato precisaria satisfazer as seguintes condições: condições de conteúdo proposicional, referente ao conteúdo do ato; condições preparatórias, referentes aos prerrequisitos do mundo real; condições de sinceridade, referentes às crenças e intenções; e condição essencial, referente aos cálculos do falante numa tentativa de que o ouvinte realize determinado ato. (Levinson, 2007)

Além dos atos de fala descritos acima, os chamados diretos, temos também os atos indiretos, que são aqueles realizados não a partir do significado literal de uma sentença, mas a partir de inferências feitas pelos interlocutores. Nesse sentido, quando um convidado para o jantar nos faz a declaração “Está frio.”, ele está pedindo que fechemos a janela ou desliguemos o ar-condicionado, realizando, nesse caso, um ato diretivo.

Nas palavras de Searle (2002, p. 47): “uma classe importante de casos é a daqueles em que o falante emite uma sentença, quer significar o que diz, mas também quer significar algo mais.”

Partindo desse princípio, ele distingue dois tipos de atos indiretos: aqueles nos quais a sentença contenha indicadores de força ilocucionária referentes a um ato e, ao mesmo tempo, realize outro, e aqueles nos quais uma dada sentença quer significar o que diz e também uma coisa completamente diferente do conteúdo proposicional. Como exemplo do primeiro grupo, temos um pedido que também

significa uma ordem, e como exemplo do segundo, temos exemplos como o mencionado acima (Está frio).

Terminadas as considerações sobre a teoria dos atos de fala, passemos agora aos dois atos que serão contemplados em nosso trabalho: o ato de prometer e o ato de criticar.

### **3.2.2 A promessa e a crítica**

Considerada por Searle (1981) como um ato complexo, a promessa vem se constituindo como um ato de fala dos mais estudados, mormente a promessa política, uma vez que, no campo da política, esse ato configura-se como uma condição quase essencial para o próprio discurso político.

A respeito desse ato, algumas considerações devem ser feitas, para que explicitemos ao nosso leitor com que tipo ideal de promessa trabalharemos. Searle (1981, p. 76) afirma: “(...) consideramos primeiro o caso de uma promessa sincera e mostraremos, depois, como modificar as condições para dar conta das insinceras.”

Para evitar implicações referentes à sinceridade ou não do falante, trabalharemos com o seguinte pressuposto: toda promessa será tratada como uma promessa sincera, pois pensamos que, para o objetivo deste trabalho, a condição de estar ou não o falante falando a verdade é irrelevante, além do fato de concordarmos com Paz (2002, p. 178) ao afirmar: “Que conteúdo proposicional seja verdadeiro é um elemento necessário para a satisfação de qualquer ato”. Outra questão em relação à promessa refere-se ao fato de o verbo prometer e seus cognatos estarem muito desgastados no meio político, o que fez com que os atores da cena política alterassem seu repertório, evitando a utilização desse termo e, conseqüentemente, ampliando as maneiras de se prometer algo, enriquecendo assim o ato em si.

Searle, então, estabelece as condições de felicidade para o ato de prometer ser executado com sucesso:

1. “As condições normais de input e output são satisfeitas”. (SEARLE, 1981, p. 77) Referem-se às condições de os falantes se entenderem mutuamente e de nenhum deles apresentar problemas tanto referentes à fala quanto à compreensão.

2. “F expressa a proposição que p na emissão de T”. (SEARLE, 1981, p. 77) Em que F é o falante, T a frase proferida, O o ouvinte e p a promessa. Essa

condição permite que se isole a promessa do resto da sentença e nos concentremos mais no ato em si.

3. “Ao expressar que p, F predica um ato futuro A de F”. (SERALE, 1981, p. 77) Segundo Searle, uma promessa deve predicar algo em relação ao falante e não pode ser algo referente ao passado, já que uma promessa predica um ato futuro.

4. “O preferiria que F fizesse A e não que F não o fizesse, e F acredita que O preferiria que ele fizesse A e não que ele não o fizesse”. (SEARLE, 1981, p. 78) Essa condição diz respeito tanto ao fato de o falante se comprometer a fazer algo para o ouvinte, quanto ao fato de o ouvinte querer que o falante o faça, pois não se a promessa não é agradável ao ouvinte, torna-se uma promessa defeituosa.

5. “Não é óbvio para F e nem para O que F fará A no decurso normal dos acontecimentos”. (SEARLE, 1981, p. 79) Tanto o falante quanto o ouvinte acreditam que aquele não executaria o conteúdo proposicional prometido no decurso normal dos acontecimentos, ou seja, se o falante já executaria o que está prometendo no curso normal dos acontecimentos, não haveria razão para realizar o ato de prometer.

6. “F tem a intenção de fazer A”. (SEARLE, 1981, p. 80) Embora não seja trabalhada em nossa análise, essa condição distingue as promessas sinceras das insinceras. No caso das primeiras, o falante tem a intenção de realizar o ato.

7. “F tem a intenção de que a emissão de T o coloque na obrigação de fazer A” (SEARLE, 1981, p. 81) A obrigação do falante em desempenhar o ato é condição essencial para a promessa. Essa condição revela justamente o fato de o falante se colocar na obrigação de realizar o ato.

8. “F tem a intenção de que (i-l produza em O o conhecimento (K) de que a emissão de T deva ser vista como colocando F na obrigação de fazer A”. (SEARLE, 1981, p. 81) De acordo com essa condição, o falante tem a intenção de produzir um certo efeito ilocucional ao emitir o proferimento, além de fazer com que o ouvinte perceba esse efeito através da própria emissão de T.

9. “As regras semânticas do dialecto falado por F e O são tais que T é correcta e sinceramente emitida se, e somente se, as condições 1-8 forem satisfeitas”. (SEARLE, 1981, p. 82) Essa condição refere-se ao conjunto significativo da língua, no tocante aos interlocutores perceberem que a frase emitida foi usada para fazer uma promessa.

Às condições 2 e 3, Searle chamou de condições de conteúdo proposicional; às 4 e 5, chamou condições preparatórias; à 6, condição de sinceridade; à 7 condição essencial; à 9, condição separada. Nota-se que a condição oito não foi nomeada.

Embora Searle tenha formulado nove condições a serem satisfeitas para o sucesso de uma promessa, concordamos com Mari (1998) quando afirma que elas podem ser agrupadas em apenas quatro, uma vez que algumas das condições extrapolam o campo das investigações pragmáticas e outras não se referem à promessa em específico.

Mari (1998, p. 228-229), então, nomeia as quatro condições: condição de conteúdo proposicional, uma promessa deve prescrever uma ação futura a ser desempenhada por aquele que a profere; condição preparatória, uma promessa deve ser favorável ao ouvinte, bem como ouvinte e falante concordam que ela não seria executada no curso normal dos acontecimentos; condição de sinceridade, o falante deve ter a intenção de executar o ato no futuro; condição essencial, o falante se coloca na obrigação de realizar a ação futura.

Satisfeitas essas condições, conforme foi dito acima, o ato de prometer não ficaria subordinado à ocorrência de um verbo performativo específico, aumentando, assim, as possibilidades de realização do ato de prometer por parte dos políticos, bem como evitando o desgastado “eu prometo”.

Pelas informações elencadas acima, percebemos que o ato de prometer é (foi) bastante estudado no âmbito da Pragmática. Já o ato de criticar, nem tanto, pois desconhecemos uma sistematização das condições de felicidade para tal ato, nem tão pouco estudos que nos deem suporte teórico para uma análise técnica da crítica.<sup>11</sup>

O estudo que mais se aproxima de uma sistematização para o ato assertivo, e aí incluiríamos a crítica, encontramos em Paz (2002), *Ato assertivo, verdade e crença na teoria dos atos de fala*. Porém, algumas observações nos fizeram não optar pelo modelo proposto: primeiro, o fato de falar do ato assertivo em geral, e não da crítica em específico, fato que, a julgar pela complexidade que o próprio autor

---

<sup>11</sup> Maria Aparecida Silva Furtado, pesquisadora da UFMG, tem um pequeno ensaio nesse sentido – Os contextos na formação do ato de fala assertivo –, publicado no volume 6 da revista *Análise do Discurso em perspectivas*, FALE/UFMG, mas não satisfaz a nossa análise, pois analisa o contexto e não o ato em si.

admite apresentar o ato, inviabiliza a sua utilização; segundo, a própria sistematização nos parece muito superficial, pois se fala em condições de felicidade e força assertiva, mas em nenhum momento elas são exemplificadas ou postas a prova<sup>12</sup>.

Visando a minimizar essa problemática, analisaremos a crítica como um ato de fala indireto, concordando mais uma vez com Mari (1998, p. 239) ao afirmar que “Toda crítica implica uma promessa (implícita) ato assertivo: crítica (explícita → ato comissivo: promessa (implícita) (...) Toda promessa implica uma crítica (implícita) ato comissivo: promessa (explícita) → ato assertivo: crítica (implícita).”

Desta feita, o ato de criticar traria em si uma promessa, pois ao atacar pontos em que seus adversários políticos erraram ou se omitiram, automaticamente o falante se coloca na obrigação (promessa) de realizar ações naquela área, não cometendo os mesmos erros e omissões.

Estabelecidos os pressupostos teóricos que nortearão nosso trabalho, passemos agora à análise de fato.

---

<sup>12</sup> Ver Paz (2002, p. 177).

## 4 CAPÍTULO III: A ANÁLISE

**A**o iniciarmos a análise dos referidos textos, o faremos de acordo com a seguinte sistemática: primeiro faremos a análise das categorias de AD nos dois discursos, comparando a maneira como o sujeito tenta construir o *ethos* e a partir dele, que noção de sujeito podemos perceber. Em seguida, faremos também nos dois textos, a análise da promessa e da crítica. Vale lembrar que o objetivo é comparar essas categorias de análise nos dois textos, verificando se se estruturam da mesma forma.

### 4.1 Análise do Discurso

#### 4.1.1 *Ethos*

No discurso de Marcelo Déda, a construção da imagem do enunciador está centrada na noção que chamaremos de “intelectual socialista de esquerda”, convergindo todos os esforços do sujeito para tal fim.

A vertente intelectual do *ethos* é construída através de uma série de citações, pois o sujeito está ciente do poder que o conhecimento proporciona a seu detentor e que essa atitude transmite ao público a noção de que pode confiar nele, uma vez que não só domina a retórica, como também sabe o que diz:

A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. (2º parágrafo)<sup>13</sup>

Observa-se, também (suprimimos passagens do texto para que o trabalho não ficasse muito extenso), que as citações não foram escolhidas somente entre intelectuais que circulam no senso comum, mas mescladas em diversas fontes (Eduardo Galeano, Fernando Brant, Paulo Freire), conferindo ao sujeito um status de intelectual que circula por várias áreas.

Essa prática nos remete a uma formação discursiva que remonta ao início do movimento socialista, em que jovens intelectuais lutavam por mudanças na forma de governo então vigente, pois sabe-se que esse movimento iniciou-se dentro dos

---

<sup>13</sup> A sistematização dos números dos parágrafos não segue uma ordem precisa, o leitor deve consultar o anexo.

muros das universidades e espalhou-se pelo país. Como podemos confirmar através da citação:

Sou de uma geração que nasceu para a vida pública no momento em que a Ditadura se esgotava e a democracia, ainda tímida, procurava forças para erguer-se. Junto com tantos companheiros busquei no movimento estudantil as ferramentas da contestação e as lições de amor à liberdade. (13º parágrafo)

A vertente esquerdista do *ethos* vem das críticas que o sujeito faz à “elite oligárquica de nosso estado”, acusando-a de ultrapassada e agente do continuísmo de miséria que assola nosso povo.

Décadas de dominação oligárquica cristalizaram na vida pública sergipana, um conjunto de erros políticos, vícios administrativos e desvios éticos. A mesmice tornou-se a matéria-prima das ações de governo e a incompetência administrativa lançou fora oportunidades históricas que poderiam ter melhorado a vida do nosso povo e avançado a marcha de Sergipe rumo ao desenvolvimento. A ausência de alternância do poder permitiu que, à sombra do aparato estatal, germinasse uma elite divorciada do povo, agindo como se fosse proprietária de Sergipe, estabelecendo vínculos oligárquicos e até hereditários de poder e sobrevivendo graças a acordões que, transformando o adversário de ontem em aliado de sempre, buscavam impedir a mudança e preservar privilégios. (19º parágrafo)

Ao se posicionar contrário a essas práticas, o sujeito enuncia-se como defensor das mudanças sociais de que o estado precisa e constroi para si uma imagem que vai ao encontro dos anseios do povo de Sergipe, afinal, como afirma o próprio sujeito no 26º parágrafo: “Mudança – esta foi a palavra que sintetizou os sentimentos e traduziu os ideais abrigados no generoso coração da gente sergipana.”

Finalmente, a vertente socialista do *ethos*.

Perpassando todo o discurso, há a ideia de que o sujeito não chegou aonde chegou sozinho, que várias pessoas, ou melhor, vários companheiros o precederam na luta, muitos doando a própria vida pela causa, e que essa é uma vitória de todo o povo sergipano. Tal afirmação pode ser confirmada não apenas por citações de trechos, como:

Longo foi o caminho, difícil a caminhada. Muitos os que andaram na frente, desbravando clareiras, abrindo sendeiros, afastando as pedras, alargando horizontes. (3º parágrafo)

.....  
Sei que hoje, não sou aqui apenas um, nem me caibo na solidão do pronome eu. Aqui e agora sou muitos. (8º parágrafo)

mas também, e principalmente, pela utilização da primeira pessoa do plural. Em todo o discurso o sujeito enuncia-se enquanto “nós”, chegando ao total de 54 utilizações da referida pessoa gramatical, entre verbos e pronomes.

Estaria, aí, criada a imagem de intelectual socialista de esquerda, conferindo ao sujeito uma condição de resposta aos anseios populares, suprimindo, assim, qualquer manifestação contrária a si, já que não é o sujeito que está ascendendo ao poder, mas o próprio povo, personificado na figura emblemática (fiador) de um *ethos* que promove, pelo apelo anti-oligárquico e pelo “nós”, envolve pela intelectualidade e retórica, e engaja através da sutileza apelo emocional. (OSAKABE, 2002)

Já no discurso de Roberto Requião, identificamos o *ethos* por nós nomeado de “intelectual socialista/populista de esquerda”.

A construção desse *ethos* se dá basicamente da mesma maneira que no discurso anterior.

A vertente intelectual é construída através de citações a intelectuais clássicos e contemporâneos, fazendo, neste caso, o sujeito opção por citações indiretas: “Enfim, recuperemos as nossas condições de seres humanos. Segundo Aristóteles, ‘animais políticos’; isto é gregários, solidários, civilizados, já que civilização pressupõe solidariedade, irmandade.”(39º parágrafo)

Ainda em relação ao intelectualismo pretendido pelo sujeito, encontramos um maior rebuscamento em relação ao vocabulário utilizado (renhido (2º. parágrafo), horda de bárbaros (4º. parágrafo), patranha (6º parágrafo) etc., e uma alusão à própria história do sujeito: “Criado em uma biblioteca, sei do que falo.” (75º parágrafo)

A vertente socialista/populista do *ethos* é construída através de uma série de enunciados voltados para o povo, para os mais pobres, para aqueles que mais necessitam das políticas públicas de saneamento, geração de emprego e renda e de um estado voltado para o social. Tais enunciados, com podemos perceber através das citações, permeiam todo o discurso:

Este o lado de lá. E qual o nosso lado?

O lado dos mais pobres, dos trabalhadores, dos pequenos, dos agricultores familiares, do fortalecimento das políticas públicas de saúde, educação e segurança, da recuperação das estradas, da construção de escolas e hospitais, da criação de empregos, da isenção de impostos, do microcrédito, do fundo de aval, do programa do leite, da tarifa social da água, da luz fraterna, da recuperação do Estado, da transparência, da austeridade. O lado do povo. (20º parágrafo)

.....  
 Afinal temos um lado. O lado da solidariedade, da generosidade. O lado do povo. O lado esquerdo do peito”. (110º parágrafo)

Buscamos um trecho que ocorreu no início do discurso e outro que ocorreu no final para comprovar que o apelo socialista/populista perpassa todo o texto, no qual o vocábulo “povo(s)” ocorre dezesseis vezes.

Ainda em relação ao apelo socialista/populista, encontramos as críticas aos adversários políticos, aos poderosos que se uniram contra a candidatura popular representada pelo sujeito, críticas estas que assumem um tom bem mais forte e contundente que no discurso anterior, transformando o sujeito num verdadeiro paladino dos interesses populares, um político disposto a enfrentar tudo e todos em prol de seu povo, de seu povo pobre, de seu povo órfão de políticas sociais, um verdadeiro mártir:

Do lado de lá, reuniram-se todos os interesses contrariados. Vi-os todos no palanque do adversário. Os que quebraram e privatizaram o Banestado.

Os que quebraram e tentaram privatizar a Copel, os que alienaram o controle da Sanepar, não investiram em saneamento e fizeram ressurgir até mesmo a cólera em nosso Estado. Os que privatizaram as estradas e criaram aqui a mais abusiva de todas as tarifas de pedágio. Os que destruíram a educação pública, acabaram com o ensino profissionalizante e fizeram o Paraná regredir aos piores índices de qualidade de ensino no país. (10º e 11º parágrafos)

Em relação à vertente esquerdista do *ethos*, o próprio sujeito, por várias vezes se enuncia enquanto esquerdista, rejeitando, inclusive, a ideia de centro-esquerda, para colocar-se “do lado mais esquerdo da esquerda”, do lado de um, se assim podemos afirmar, radicalismo de Chavez e de Morales, contra as imposições do imperialismo americano e as mazelas trazidas pela globalização:

E não é um governo de centro-esquerda, não. Não venham com esses centrismos, com esse equilibrismo. Somos sim um governo de esquerda. E que a má interpretação ou a distorção daquilo que disse o Presidente Lula não sirva de pretexto para que alguns neguem o lado em que nos posicionamos.

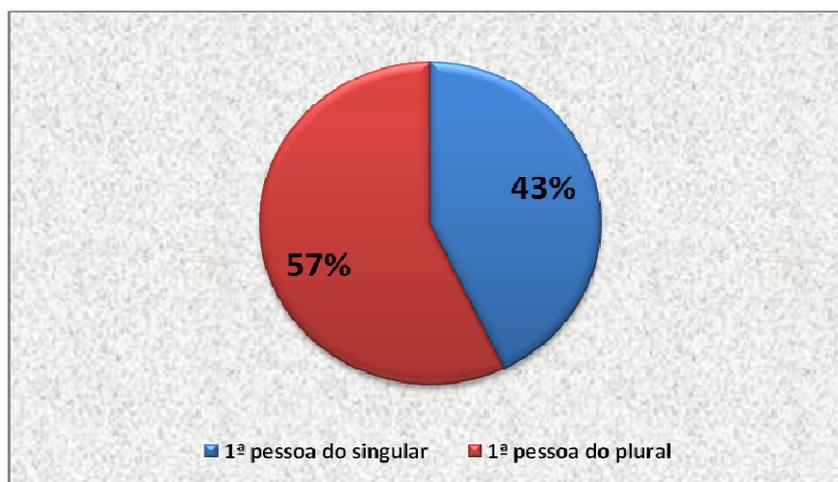
Somos de esquerda, porque ser de esquerda é ser solidário, fraterno, humano. É ser gente. É ter os olhos, a alma e o coração voltados para as desigualdades e as misérias deste mundo. (31º e 32º parágrafos)

Como afirmamos anteriormente, o *ethos* pretendido pelo orador pode não ser o percebido pelo público, uma vez que, por mais cuidadoso que seja o sujeito ao enunciar, marcas pessoais e indesejadas apresentam-se em seu discurso.

No caso dos textos analisados, embora nosso objetivo não seja este, duas situações merecem algumas linhas.

A primeira, em relação ao discurso de Marcelo Déda, refere-se às pessoas gramaticais: um sujeito que se enuncia enquanto socialista e democrata utiliza 54 vezes a primeira pessoa do plural e 72 vezes a primeira do singular.

O gráfico abaixo nos dá uma ideia da proporção em relação à utilização das pessoas gramaticais.



**Gráfico n°1: Estratificação percentual do uso das pessoas gramaticais nos DPPs**

Num universo de 126 utilizações das primeiras pessoas do singular e do plural, temos 57,14% para a primeira do singular e 42,86% para a primeira do plural. Levando-se em consideração que em algumas frases o sujeito obrigatoriamente precisa usar o singular – como quando se refere à família, por exemplo – podemos imaginar que primeira do plural e primeira do singular ocorrem em igual intensidade, desconstruindo a imagem de socialista democrata pretendida pelo sujeito e criando uma de individualista exacerbado. Nesse caso, o grau de afastamento entre o *ethos* pretendido e o percebido é tamanho que poderemos pensar em um *contra-ethos* discursivo, ou seja, um *ethos* que age em contrário daquele pretendido pelo sujeito.

A segunda, referente ao discurso de Requião, versa sobre a questão do socialismo/populismo às extremas pelo sujeito enunciado. Ao afirmar que seu lado é o lado dos mais pobres, dos mais necessitados, e que seu governo foi e será voltado para esse segmento social, além de afirmar por todo o texto a individualidade do “eu”, o sujeito em nenhum momento afirma que “ele” é povo, que o seu governo é um governo do povo, apenas diz que está ao lado deste. Todavia, estar ao lado não é “ser”.

Essas duas observações, embora não perturbem o objetivo desse trabalho, pois não constituem vertentes das quais nos propomos a analisar, revelam as incoerências e tensões encontradas não apenas no discurso político mas nos demais discursos que circulam na sociedade.

#### 4.1.2 O sujeito do discurso

Alicerçado em uma formação discursiva, que por sua vez está vinculada a uma ideologia, os dois sujeitos enunciam-se enquanto defensores dos interesses do povo e contrários aos interesses escusos das elites oligárquicas com as quais travaram o embate no pleito.

Observa-se que os sujeitos enunciam de uma posição de quem sabe o que é melhor para o seu povo, de quem tem a autoridade para decidir o que é melhor para seu estado, pois seu poder foi delegado, ou ratificado pelo povo; agora, eles, os sujeitos, decidem o que é bom e o que é ruim.

O parágrafo acima poderia ser contestado pela afirmação feita pelos dois sujeitos de que seus governos são do povo, porém, ambos, no final de seus discursos, pedem ao mesmo povo que roguem a Deus para que Ele dê sabedoria ao sujeito para que possa escolher o melhor caminho.

Peçam em suas orações ao Deus de Israel, o Deus dos nossos pais e dos pais dos nossos pais, que me dê Sabedoria e Humildade, para honrar o mandato que ora recebo. (69º parágrafo, Déda)

.....  
Paranaenses, estes são os meus compromissos. E diante de minha mulher Maristela, dos meus filhos Maurício e Roberta, do Ricardo, renovo-os. Incluam-me em suas orações, peçam a Deus por mim, para que Ele me ilumine e me faça forte, firme e corajoso na defesa dos interesses do nosso povo. (108º parágrafo, Requião)

Por mais que o governo seja do povo, quem escolhe o caminho a seguir é o sujeito, renunciando um certo autoritarismo.

Essa constituição do sujeito remete-nos não ao movimento esquerdista brasileiro, mas ao surgimento do movimento comunista no mundo, movimento este que, ao pregar a desalienação do povo, esclarecendo-o sobre seus direitos e formando-os cidadãos, esqueceu-se de que todos têm direito à informação para que possam decidir o que é melhor para si. Os intelectuais do movimento comunista, sob o pretexto de que as massas não seriam capazes, sozinhas, de se libertarem, acharam-se no direito de decidirem com elas seriam libertadas.

Parafraseando do professor Courtine (2006) o partido comunista se propôs desalienar as massas, levando a elas informações que fariam com que refutassem a argumentação dos adversários e possibilitando uma leitura **verdadeira**<sup>14</sup> dos acontecimentos. Pergunta-se, então, que leitura verdadeira é esta? Existe somente esta verdade? Existe verdade?

O partido comunista tentou mostrar o mundo ao proletariado, só que esse mundo só poderia ser visto através de lentes vermelhas, porém, quem garante que lentes vermelhas possibilitam uma visão melhor do que lentes incolores? (BOURKHARINE, 1971, apud COURTINE, 2006)

Encontramos aí as raízes de uma ideologia – a comunista – traduzida em uma formação discursiva que poderíamos chamar de esquerdista e que desemboca na constituição de sujeitos que acreditam serem capazes de decidir o que é melhor para as massas, mesmo à revelia das próprias massas.

Embora tenhamos encontrado pequenas diferenças em relação à constituição dos *ethé* e dos sujeitos dos discursos analisados, pensamos ter encontrado uma regularidade bastante significativa em ambos, a saber: os *ethé* pretendidos pelos sujeitos constroem-se basicamente da mesma forma, seguindo o mesmo percurso que inicia por referências à intelectualidade e às características socialistas/populistas dos sujeitos, enquanto defensores do povo, passa pela detração dos adversários no pleito e desembocam num esquerdismo autoritário. Já os sujeitos, após desvelados, apresentam-se como individualistas que não pensam serem iguais ao povo do qual tanto falam, mas como salvadores das pobres massas que precisam desse apoio para não serem oprimidas pela burguesia.

Terminada a análise das categorias de AD nos dois textos, passemos à da crítica e da promessa, em Pragmática.

## **4.2 Pragmática**

### **4.2.1 A Promessa**

Como um ato complexo, a promessa pode ser realizada das mais diversas maneiras, e não somente com a utilização de um verbo performativo específico em uma expressão do tipo “Eu prometo”<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Grifo nosso.

<sup>15</sup> Ver página 34.

Levando-se em consideração que a forma de prometer referida acima encontra-se muito desgastada (prova disso é o fato de em nenhum momento, nos dois textos, encontrarmos o verbo prometer ou algum cognato), os atores da cena política buscam formas as mais diversas para efetivamente prometer, formas essas que demonstram não apenas a capacidade criativa do enunciador, mas também a sensibilidade para as mudanças que ocorrem no “meio” político e assim adaptar sua fala para a maior eficácia do ato de convencer.

Para melhor sistematizarmos nosso trabalho, faremos a análise de três promessas de cada texto, pois uma análise de todas as promessas feitas tornaria nosso trabalho muito enfadonho e acreditamos que elas estão vinculadas aos três atos argumentativos supracitados.

Alicerçado em um discurso de mudanças, as primeiras promessas feitas no discurso de Marcelo Déda são direcionadas a esse intento:

Mudar, portanto, será produzir políticas públicas consistentes, realizar os investimentos necessários, buscar as parcerias possíveis e resgatar o espírito empreendedor do povo sergipano, com um único objetivo: fazer de Sergipe um grande Estado e do seu povo uma gente feliz. (29º parágrafo)

Vejamos então como as condições de felicidade são satisfeitas nesse caso, importa lembrar que todas as promessas serão consideradas sinceras.

O enunciado acima pode ser resumido da seguinte sentença: “Eu prometo fazer de Sergipe um grande Estado e do seu povo uma gente feliz”. Assim sendo, a condição de conteúdo proposicional é satisfeita, pois o falante predica uma ação futura a ser executada por ele – as mudanças serão implementadas no decorrer do governo, conseqüentemente, o Estado tornar-se-á grande e o povo feliz; a condição preparatória também é satisfeita, já que a promessa é do interesse do ouvinte – toda a população do Estado quer que ele se torne grande e quer colher as benesses dessa grandeza – e falante e ouvinte concordam que essa não seria uma ação executada pelo falante no decurso normal de ser governo, pois, através da discurso do falante, pressupõe-se que os vários governantes que o antecederam não a executaram; a condição de sinceridade é algo inerente ao tipo idealizado de promessa que nos propusemos a analisar; e a condição essencial é satisfeita uma vez que o falante, ao enunciar a sentença para todo o povo do Estado, coloca-se na obrigação de executá-la no futuro e que, diante do potencial de desenvolvimento

que, segundo os argumentos do falantes, o Estado apresenta, é ação possível de ser realizada.

Pelo fato de, como já foi mencionado, os discursos assumirem tons diferentes, pois Requião é reeleito e Déda inicia seu primeiro mandato, algumas promessas, embora se estruturam da mesma maneira, assumem direcionamentos diferentes. Como não poderia falar em mudança, e continuísmo é uma palavra não muito “agradável” no meio político, Requião usa outra maneira de dizer que ocorrerão mudanças em seu governo. A forma por ele encontrada foi a de radicalizar posições assumidas anteriormente, prometendo enfatizar ações já em curso, como podemos verificar através do fragmento:

Neste novo mandato, iremos além. Vamos investir um bilhão e trezentos milhões de reais para diversificar a agricultura, para industrializar a produção agropecuária, para incentivar a produção agroecológica. Para o programa Panela Cheia, reservamos 100 milhões de reais; para o Fundo de Aval, 200 milhões; para o programa do trator solidário, 40 milhões, para começar a ação. Intensificaremos a irrigação noturna como meio seguro de aumentar a produtividade e minorar os efeitos das estiagens que têm se tornado tão freqüentes. (77º parágrafo)

A condição de conteúdo proposicional é contemplada, pois o falante promete, no futuro, aumentar os recursos destinados aos programas citados – verbos como *iremos*, *vamos investir* comprovam isso; a condição preparatória, pelo fato de esse aumento dos recursos destinados a tais programas ser favorável aos ouvintes e de o falante, caso não promettesse, não ter a obrigação de fazê-lo; acredita-se que ele está sendo sincero, o que contempla a condição de sinceridade; e, finalmente, a condição essencial é satisfeita pelo fato de o falante se colocar, perante seu povo, na obrigação de realizar as ações predicasadas e que o Estado não só comporta essas ações como o fato de elas já terem sido implementadas em menor intensidade comprovar a sua exequibilidade.

Mais adiante, o falante, Déda, emite outro proferimento que pode ser caracterizado como uma promessa: “Não podemos ter vergonha de dizer que no nosso governo os pobres são prioridade.” (30º parágrafo)

Tal enunciado pode ser resumido no seguinte proferimento: “Eu prometo priorizar os pobres em meu governo.”

A primeira condição, a de conteúdo proposicional, é satisfeita pelo fato de a ação de priorizar os pobres ser uma ação a ser executada no futuro pelo falante; a condição preparatória também é satisfeita na medida em que a priorização dos

pobres é favorável a quem é direcionado o proferimento: ao povo sergipano, bem como, no decurso normal do governo, nada impede o falante de priorizar outras áreas; a condição de sinceridade, como já dissemos, é inerente ao tipo idealizado de promessa que estamos analisando; e a condição essencial pressupõe o fato de o falante, ao emitir tal proferimento perante o povo de seu estado, colocar-se na obrigação de executar essa ação futura.

Proferimento semelhante, com as condições de felicidade satisfeitas da mesma forma, encontramos no discurso de Requião: “O nosso lado é o lado do povo.” (25º parágrafo)

Resumido na seguinte sentença: “Eu prometo ficar do lado do povo”, essa promessa tem não apenas a condições de felicidade satisfeitas da mesma forma que no discurso de Marcelo Déda, como também todo o efeito persuasivo pretendido é idêntico<sup>16</sup>, além de, seguindo a linha de maior radicalização das posições, é reforçada através do enunciado: “Pois bem, nos próximos quatro anos vamos radicalizar essa opção. Vamos ainda mais a fundo na tarefa de governar para o povo.” (29º parágrafo)

A terceira e última promessa a ser analisada contempla um fechamento do discurso do falante, uma espécie de mega-promessa: “Se eu errar, corrijam-me, eu não tenho compromisso com o erro.” (Déda, 65º parágrafo)

Mais uma vez, a sentença proferida pelo falante pode ser assim resumida: “Eu prometo tentar não errar.”

A condição de conteúdo proposicional é cumprida na medida em que o proferimento refere-se ao futuro, ao governo que principia; a condição preparatória, pelo fato de um governo que não erre, ou tente não errar, é benéfico a todos os ouvintes, bem como, ao proferir a sentença, o falante, implicitamente, informa que, caso não fosse eleito, não teria nenhuma obrigação de executar essa ação; a condição de sinceridade vem no bojo do proferimento; e a condição essencial é satisfeita na medida em que o falante, ao emitir a sentença, acredita que mobilizará todos os recursos para executar tal ação.

---

<sup>16</sup> Essa afirmação será melhor trabalhada quando falarmos da organização argumentativa do discurso político.

Da mesma forma que Marcelo Déda, Roberto Requião também encerra seu discurso com uma espécie de mega-promessa, uma promessa que faz um fechamento de todas as outras, ao passo que contempla-as em si própria:

Ao trabalho, que temos mais quatro anos para consolidar as transformações que iniciamos e dizer ao Brasil que o caminho do Paraná é o caminho da libertação, da independência, da altivez, do compromisso com os interesses nacionais e populares. (109º parágrafo)

Observa-se, da mesma forma que o exemplo anterior, que as condições de felicidade são satisfeitas, bem como o efeito argumentativo pretendido tem a mesma direção que no exemplo de Marcelo Déda.

#### 4.2.2 A Crítica<sup>17</sup>

Analisada como um ato de fala indireto, de acordo com as diretrizes de Mari (1998), a crítica, em nosso trabalho, figurará como uma promessa indireta, apresentando menos força ilocucionária que está, pois o DIFI da promessa é amenizado pelo ato de criticar. Amenizado, mas não anulado.

Como já é lugar comum no discurso político, as críticas são direcionadas aos adversários, sejam eles adversários iminentes, aqueles do próprio pleito, sejam eles adversários de longa data, partidos opositores. Com pode ser visto nos trechos abaixo:

Décadas de dominação oligárquica cristalizaram na vida pública sergipana, um conjunto de erros políticos, vícios administrativos e desvios éticos. A mesmice tornou-se a matéria-prima das ações de governo e a incompetência administrativa lançou fora oportunidades históricas que poderiam ter melhorado a vida do nosso povo e avançado a marcha de Sergipe rumo ao desenvolvimento. A ausência de alternância do poder permitiu que, à sombra do aparato estatal, germinasse uma elite divorciada do povo, agindo como se fosse proprietária de Sergipe, estabelecendo vínculos oligárquicos e até hereditários de poder e sobrevivendo graças a acordões que, transformando o adversário de ontem em aliado de sempre, buscavam impedir a mudança e preservar privilégios. (Déda, 19º parágrafo)

.....  
Os que quebraram e tentaram privatizar a Copel, os que alienaram o controle da Sanepar, não investiram em saneamento e fizeram ressurgir até mesmo a cólera em nosso Estado. Os que privatizaram as estradas e criaram aqui a mais abusiva de todas as tarifas de pedágio. Os que destruíram a educação pública, acabaram com o

<sup>17</sup> Por acreditarmos que tornaria a análise repetitiva, só analisamos uma crítica do texto de Marcelo Déda e duas do de Roberto Requião.

ensino profissionalizante e fizeram o Paraná regredir aos piores índices de qualidade de ensino no país. (Requião, 11º parágrafo)

Ao criticarem seus adversários, os falantes colocam-se como que comprometidos a não cometerem os mesmos erros. Marcelo Déda promete não condenar o Estado de Sergipe ao atraso que seus antecessores condenaram.

Uma forma de isolar o proferimento performetivo típico da promessa seria: “Eu prometo não entravar o desenvolvimento de nosso Estado, como fizeram meus antecessores.” Estaria aí uma promessa com todas as condições de felicidade satisfeitas<sup>18</sup>, conforme já vimos acima. A diferença seria exclusivamente referente ao(s) DIFI(s) que estaria mais atenuado, pois ao realizar o ato de criticar, o falante realiza, indiretamente, um outro diferente, o de prometer, que está implícito ao primeiro.

Da mesma forma, Requião promete não quebrar e privatizar empresas públicas do Estado do Paraná. Proferimento que pode ser assim resumido: “Eu prometo não quebrar e depois privatizar as empresas públicas de nosso Estado.” Mais uma vez estaria aí explicitado um proferimento caracterizado como uma promessa, com todas as condições de felicidades contempladas.

Embora pensemos que a análise de uma crítica de cada um dos textos seja suficiente para chegarmos ao objetivo deste, veremos mais uma situação de crítica, desta vez apenas do discurso de Requião, apenas para mostrarmos o fato de, mesmo em princípio criticando outras instâncias, suas palavras terminam se voltando para os adversários:

Vejam, oitenta e dois por cento dos brasileiros moram em nosso litoral. E, segundo especialistas, a prosseguir neste rumo insano o aquecimento global todo o nosso litoral vê-se ameaçado de inundações.

É uma perspectiva apocalíptica.

Ainda assim, a irresponsabilidade de meus adversários transformaram em mote de campanha a licença para a devastação ambiental. (Parágrafos 85º, 86º e 87º)

Percebemos, então, que todos os atos de crítica do falante direcionam-se para um único objetivo: fazer com que os ouvintes acreditem nas acusações feitas aos adversários, numa tentativa flagrante de envolvimento. Mas isso é assunto para o próximo tópico.

---

<sup>18</sup> Achamos por bem não repetir a sistemática de como as condições de felicidade são satisfeitas no caso da promessa em forma de crítica, pois pensamos que seríamos repetitivos.

## 5 CAPÍTULO IV: O DPP E SUA ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVA

**C**onforme colocamos na introdução deste, Osakabe (2002) demonstrou que todos os recursos persuasivos presentes no discurso político podem ser agrupado em três momentos: a promoção, em que se promove o ouvinte a um lugar privilegiado nas decisões das relações políticas, seja esse poder de decisão real ou não: “O discurso político não se justifica senão à medida que é dirigido a um ouvinte cuja participação interessa ao locutor, mesmo que esse ouvinte não tenha condições reais de decidir.” (Osakabe, 2002, p. 112); o envolvimento, que traz para o discurso elementos extralinguísticos, e aqui entram em cena as noções de poder político e a imagem que o locutor pressupõe que o ouvinte faz dele, bem como a que ele, o locutor, faz do referente e a que supõe fazer o ouvinte desse mesmo referente; e o engajamento, do ouvinte no mesmo projeto do falante.

Segundo ele, a organização argumentativa do discurso político estaria alicerçada nesses três atos, dentro dos quais poderiam ser agrupados os demais atos.

Em nosso trabalho, quisemos demonstrar que esses três atos ocorrem de maneira idêntica no discurso político, independente do partido que o dá suporte. Para isso, analisamos categorias de disciplinas diferentes para, agora, verificar se a estruturação dessas categorias segue um só padrão nos textos analisados.<sup>19</sup>

### 5.1 A Promoção

Promover o ouvinte a um lugar de decisão é fazer com que ele tenha a ideia, mesmo que ilusória, que tem o poder de decidir algo, que ele é agente no processo e que as decisões também passam por ele. Como então esse efeito é conseguido, ou pretendido nos textos analisados?

Em relação ao *ethos*, verificamos que a vertente que nomeamos “socialista/socialista-populista” desempenha muito bem esse papel. O ouvinte é levado a crer que está lado a lado com o falante, que ele, o ouvinte, fez parte ativamente dessa conquista, que ele é um ator e não um figurante. Isso ocorre nos dois textos, embora com tons diferentes, a saber: Déda apela para o uso da primeira

---

<sup>19</sup> Ver introdução

pessoa do plural, buscando fazer com que o ouvinte se sinta responsável por tudo que está ocorrendo e ocorrerá, além de transmitir um forte apelo anti-oligárquico em sua fala, e Requião faz uso reiteradamente da palavra *povo*, visando a fazer a população crer que também está no governo, além de seu apelo populista.

Já em relação ao sujeito, a promoção é conseguida através da aproximação que ambos pretendem ter com os ouvintes. Mesmo acreditando que os sujeitos acabam desvelando-se quando tentam transmitir essa imagem, isso não implica dizer que eles não tenham pretendido mostrar que também fazem parte do povo, que são iguais aos que os ouvem, que todos estão nas mesmas condições, eles, os sujeitos, apenas como delegados pelo povo para conduzir os demais.

A promoção através da promessa está bem acentuada através do direcionamento que os falantes dão a elas, ou seja, todas as promessas são direcionadas ao povo mais pobre, chegando ao ponto de, textualmente, assumirem isso (ver segunda promessa analisada), o que causa uma certa incoerência em relação a outras partes do discurso: o governo democrático é para todos, não apenas para os mais necessitados<sup>20</sup>.

A crítica auxilia na promoção na medida em que todas elas são direcionadas para os opositores. Elas traduzem os sentimentos compartilhados pelos ouvintes, o que faz transparecer a ideia de que os próprios ouvintes estão ali no púlpito discursando.

## 5.2 O Envolvimento

O *ethos* transmitido pelos sujeitos envolve, primeiramente, através da demonstração de poder que as citações conferem aos sujeitos, afinal, como já pontuou magistralmente na literatura Machado de Assis (ver o *Alienista*), a figura do intelectual, do “doutor”, faz inclusive com que deixemos de lado até valores que acreditávamos serem basilares e passemos a seguir ideias de outros; depois, como os dois projetos de governo direcionam-se quase que totalmente ao povo, seria improvável não conseguir essa adesão.

Já o sujeito contribui para o envolvimento pelo fato de se apresentar através de um *ethos* intelectual e de dominar a retórica, de modo que, pelas palavras, ele vai

---

<sup>20</sup> Mesmo que não tenhamos por objetivo analisar essa vertente, faz-se necessário pontuar

“cercando” o ouvinte, fazendo com que ele, o ouvinte, acredite que o projeto político é também dele, e não somente do sujeito.

Imaginemos alguém que promete transformar a política do estado de forma a fazer a máquina trabalhar em prol da população carente, de forma a toda a sua fala ir ao encontro dos anseios dos ouvintes. É assim que o ato de prometer envolve os eleitores. Ao prometer, e isso é condição necessária para a promessa, realizar o que os eleitores, ou a maioria deles, querem, o falante quase que automaticamente consegue envolver o ouvinte, anulando possíveis críticas.

Efeito semelhante é conseguido através da crítica, pois, por ser direcionada a adversários, faz com que o ouvinte faça das palavras do falante suas palavras, das críticas deste, suas críticas, do projeto deste, seu projeto.

### 5.3 O Engajamento

Tanto o sujeito quanto o *ethos* promovem o engajamento da mesma forma nos dois textos, através do apelo emocional. Para tanto, observemos os fragmentos abaixo:

Chega ao fim esta oração. **“Não nos dispersemos”**, pedia Tancredo. O atraso ronda sorrateiro. Lança pedras sobre o nosso caminho e tentará perturbar nossa caminhada. Lembrem-se de Drummond - **“no meio do caminho havia uma pedra”** - pois são muitos os obstáculos que precisaremos remover e removeremos, juntos, povo e Governo. Podemos hoje, sergipanos de um novo tempo e de um novo século assumir o desafio de retirar as pedras do caminho e abrir novas estradas para o progresso, a paz e a prosperidade, usando com a simplicidade dos sábios, os mais singelos dos instrumentos de que o criador nos dotou: **“duas mãos e o sentimento do mundo.”**

Sergipanos e Sergipanas,  
Peçam em suas orações ao Deus de Israel, o Deus dos nossos pais e dos pais dos nossos pais, que me dê Sabedoria e Humildade, para honrar o mandato que ora recebo. (Déda, parágrafos 67º a 69º)

.....  
Paranaenses, estes são os meus compromissos. E diante de minha mulher Maristela, dos meus filhos Maurício e Roberta, do Ricardo, renovo-os. Incluam-me em suas orações, peçam a Deus por mim, para que Ele me ilumine e me faça forte, firme e corajoso na defesa dos interesses do nosso povo.

Ao trabalho, que temos mais quatro anos para consolidar as transformações que iniciamos e dizer ao Brasil que o caminho do Paraná é o caminho da libertação, da independência, da altivez, do compromisso com os interesses nacionais e populares. (Requião, parágrafos 108º e 109º)

Verificamos inclusive que os textos são muito parecidos quando do apelo emocional. Os dois sujeitos usam tanto a família quanto a religião para conseguir o engajamento de seus eleitos, num misto de apelo metafísico – fé – e apelo social – instituição familiar.

Assim com as categorias de AD, os atos de prometer e criticar buscam engajar o ouvinte da mesma maneira, apenas com direcionamentos diferentes nos dois textos, direcionamentos esses devidos, à conjuntura política (contexto) diferente para cada situação: Requião engaja ao prometer consolidar as melhorias e lutar para que o Estado do Paraná continue a se desenvolver e ao criticar aqueles que condenaram o povo paranaense a passar por todas as provações por que passou. Já Déda engaja ao prometer fazer de Sergipe um Estado grande e de sua gente uma gente feliz e ao criticar a mesmice, o continuísmo e ostracismo a que seus adversários relegaram o Estado. Desta feita, o engajamento através da promessa se dá pelo que chamamos anteriormente de mega-promessa.

## 6 CONCLUSÕES

O discurso político, por seu caráter argumentativo, configura-se como um texto produzido com o objetivo de obter o apoio de alguém, mais precisamente, do receptor deste. Assim sendo, é necessário que ele, o discurso, seja marcado por um tom persuasivo muito forte.

Até aqui, nenhuma novidade. É lugar comum saber que os políticos visam ao convencimento de seus eleitores, tentando persuadi-los a votar em prol de seus interesses. A questão que se levantou neste trabalho foi relativamente a saber quais são as estratégias utilizadas pelos argumentadores para conseguir o fim pretendido e se partidos como PT e PMDB valem-se ou não de estratégias argumentativas semelhantes em seus discursos, pois ao iniciarmos essa investigação sobre o DPP, tivemos como objetivo analisar a sua organização argumentativa e verificar se essa organização era a mesma para discursos proferidos por membros de partidos políticos diferentes. Para tanto, tomamos como corpus dois textos: um referente ao governo peemedebista do Paraná e outro referente ao governo petista de Sergipe.

Além de buscarmos discursos que ocorreram distantes geograficamente e marcados pelo ideário de partidos diferentes, para abarcar a complexidade que os textos apresentam, buscamos suporte teórico em disciplinas diferentes – AD e Pragmática –, pois pensamos que, ao expandir a análise utilizando bases teóricas de disciplinas diferentes, construiríamos um dispositivo de análise ideal para o nosso objetivo.

Outro ponto que acreditamos ser de suma importância e que fez aumentar significativamente a relevância acadêmica de nosso trabalho foi a eleição do DPP como material de análise, fugindo, desta forma, da análise de textos de campanha.

A primeira vista, um leitor desavisado pode sentir falta, em nosso trabalho, de textos consagrados no meio da análise da argumentatividade – referimo-nos aqui a textos da magnitude do *Tratado da argumentação* de Perelman.

A esses leitores, advertimos que a ausência destes se deu por filiação teórica e não por desconhecimento de fontes, pois ao optarmos pelo modelo osakabiano de análise, excluímos textos que contemplam a argumentatividade pela ótica da lógica, para priorizarmos a interpretação.

Pontualmente, lembramos àqueles que esperavam uma análise que abarcasse aspectos diversos dos textos em questão que a restrição às quatro

categorias aqui analisadas teve como objetivo direcionar nossos esforços para um fim específico, evitando, assim, discorrer superficialmente sobre várias coisas sem um fio nodal para nos orientar.

Em relação à análise, algumas colocações mais gerais devem ser feitas. Embora acreditássemos, antes mesmo de escolhermos o material, que havia muitas semelhanças na maneira como o discurso político constroi a argumentação, não esperávamos que essas semelhanças fossem tão significativas, ao ponto de, e isso pôde ser comprovado na análise, os textos apresentarem, resguardadas algumas questões de estilo, a mesma estrutura, os mesmos recursos de persuasão e o mesmo léxico, o que os fez parecer, em determinados pontos – no pedido de apoio e de benção final, por exemplo – o mesmo texto, “fecundados” pelo mesmo pai e “paridos” pela mesma mãe, ou seja, vindos, com pequenas adaptações, da mesma mente criadora.

Neste momento, duas questões se levantam, questões estas que, independentemente da que consiga explicar o fenômeno constatado com esta análise, fugindo do campo teórico das ciências da linguagem, deixariam preocupado qualquer eleitor brasileiro.

A primeira, e menos alarmante, seria relativa a tais discursos serem produzidos não pelo político que o proferiu e nem tão pouco por alguém que comungue de suas idéias. Simplesmente esses políticos contratariam uma pessoa para compor seus discursos e sequer teriam capacidade para perceberem que os discursos são iguais aos proferidos por outros políticos.

Essa constatação é menos preocupante porque tal prática apenas comprovaria a incapacidade intelectual de nossos representantes, fato que é de conhecimento de boa parte da população brasileira.

A segunda questão, e aqui há motivo para pânico, seria relativa ao fato de os políticos estarem brincando com o povo brasileiro ao alardearem que seguem estas ou aquelas idéias, que comungam deste ou daquele ideal.

Assim, Déda e Requião seriam os efetivos produtores de seus discursos e, por deixarem marcas lingüísticas muito fortes nos seus textos, revelariam que na verdade não têm idéias diferentes coisa nenhuma, fazem parte de um supra grupo político no qual estão todos os demais, comungando e compactuando dos mesmos princípios e agrupados em partidos diferentes com o objetivo de manter vivo o sentimento pluripartidário presente na política brasileira.

Lembramos que as questões acima são apenas suposições, extrapolam o nosso campo de análise e o objetivo deste, mas ocorreram com tal vulto que mereceram uma pequena nota.

Em relação às questões sobre Gêneros pudemos perceber que, enquanto gênero textual, o DPP guarda características próprias tanto referentes à estrutura quanto à sua utilização em uma situação comunicativa. Em relação à estrutura, observamos que os dois textos apresentam-se de maneira idêntica, apenas divergindo em pequenas questões menos importantes – algo que é próprio dos gêneros. Em relação à utilização do gênero no social, o DPP também apresenta uma regularidade, pois, se comparado a um discurso de campanha, há, nele, uma espécie de descomprometimento do eleito em relação ao seu eleitorado, pois, como se sabe, em campanhas políticas, muitas vezes são feitas promessas impossíveis de serem cumpridas, uma vez vencido o pleito, passa-se a trabalhar com o que é possível de ser realizado e não com o que o eleitorado necessita de fato.

A análise das categorias da AD nos mostrou um sujeito que, mesmo se desvelando em alguns momentos, apresentando-se não como alguém do povo mas como alguém que tem o direito legal de representar este, busca construir uma imagem – *ethos* – que vai ao encontro dos anseios de seus auditórios, a saber: uma pessoa que tem o conhecimento para exercer a função – *ethos* intelectual; que não apenas se preocupa com as questões referentes às camadas menos favorecidas da sociedade, mas que também está lado a lado com o povo, caminhando com ele para o engrandecimento de seus estados – *ethos* socialista; e que tem um significativo apelo popular, evitando o estigma de elite e buscando desvincular-se da oligarquia de seus estados – *ethos* esquerdista.

Já a análise da promessa e da crítica nos fez perceber, acreditamos mais significativamente, uma vez que tratam de questões pontuais nos textos, questões presentes no próprio material linguístico, questões que dispensam, de certo modo, a interpretação, quão os textos são semelhantes. Todas as promessas feitas são direcionadas para um só segmento da sociedade, todas visam a melhorar a vida da população carente e engrandecer cada um dos estados, desprezando, inclusive, os eleitores que pertencem a outras classes sociais, num misto de incoerência e de persuasão – incoerência porque não apenas os menos favorecidos necessitam do governo, persuasão porque justamente os menos favorecidos são mais fáceis de iludir. Se as promessas tiveram um só direcionamento, as críticas não foram

diferentes. Todas foram direcionadas aos adversários políticos dos eleitos, pois os enunciadores sabiam que assim procedendo estariam arrebanhando – engajando – os eleitores em seu, do enunciado, projeto político.

Mergulhadas as categorias de análise na organização política do discurso político, verificamos que todas elas coocorrem para o convencimento do leitor na medida em que se articulam em um processo argumentativo que vai “cercando” o ouvinte de uma maneira tão sutil que ao final, este não tem como contrapor as ideias do enunciador, vendo-se preso a uma teia argumentativa forte o bastante para evitar que vozes contrárias se levantem, como já disse Bakhtin, nessa arena política.

Concluimos, então, que o DPP apresenta a mesma organização argumentativa, independente do partido político que o dá suporte, promovendo, envolvendo e engajando os eleitores através dos mesmos recursos argumentativos e mobilizando as mesmas técnicas de persuasão.

## 7 REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth (org.) **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 7. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- ARISTÓTELES. **Arte retórica e arte poética**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S. A., [19--]. p. 173-221.
- ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. 2. ed. São Paulo: 2008.
- AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso: problemática e definição. In: \_\_\_\_\_. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. p. 279-287.
- BARROS, Rogenildo Andrade e BEZERRA, Antônio Ponciano. O discurso político e sua organização argumentativa: uma análise textual. In, PEDROSA, Cleide Emília Faye, CARSODO, Denise Porto e BEZERRA, Antônio Ponciano (org.). **Mapeando Teorias e práticas textuais**. Rio de Janeiro: Câmara Brasileira de Jovens Editores, 2008. p. 125-139.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais**: tipificação e interação. São Paulo: Cortez, 2005. p. 19-46.
- BRANDÃO, Helena H. N. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas: editora da Unicamp, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrik. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2006.
- COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Paulo: Claraluz, 2006.
- DASCAL, Marcelo. Pragmática: problemas, críticas, perspectivas da linguística. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. Vol. IV: Pragmática. Campinas: UNICAMP 1962
- DOSSSE, François. **História do Estruturalismo**: o campo do signo. São Paulo: Ed. Ensaio, 1993.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSHY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca saber. São Paulo: Claraluz, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

- KOCH, Ingedore Villaça. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 2001.
- LEVINSON, Stephen C. **Pragmática**. São Paulo: 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11-29.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva, MACHADO, Ana Raquel & BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19-36.
- MARI, Hugo. Atos de fala no discurso de candidatos à Prefeitura de Belo Horizonte: análise da promessa e da crítica. In: MACHADO, Ida Lúcia; CRUZ, Amadeu Roselli e LYSARDO-DIAS, Dylia (org.). **Teorias e práticas discursivas: estudos em análise do discurso**. Belo Horizonte, UFMG/FALE, 1998. p. 227-248.
- MEURER, José Luiz. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, Mailce Borges Mota e TOMITCH, Leda Maria Braga. **Aspectos da lingüística aplicada: estudos em homenagem ao professor Hilário Inácio Bohn**. Florianópolis: Insular, 2000. p. 149-166.
- MOTTA, Ana Raquel. Entre o artístico e o político. In: MOTTA, Ana Raquel e SALGADO, Luciana. **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 97-106.
- ORLANDI, Eni P. A Análise do Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: INDURSHY, Freda & FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca saber**. São Paulo: Claraluz, 2005.
- \_\_\_\_\_, Eni P. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 6. ed. São Paulo: Pontes, 2005b.
- \_\_\_\_\_, Eni. **Terra à Vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez/Editora da Unicamp, 1990. p. 25-44.
- OSAKABE, Haqira. **Argumentação e discurso político**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- PAVEAU, Marie-Anne & SARFATI, Georges-Elia. **As grandes teorias da linguística: da gramática comparada à pragmática**. São Paulo: Claraluz, 2006. p. 217-248.
- PAZ, Florêncio de Souza. Ato assertivo, verdade e crença na teoria dos atos de fala. In: MACHADO, Ida Lúcia; MARI, Hugo e MELLO, Renato de (org.). **Ensaio em Análise do Discurso**. Belo Horizonte, UFMG/FALE, 2002. p. 169-185.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

POSSENTI, Sírio. Pragmática na análise do discurso. Cadernos de estudos linguísticos: **Pragmática**, Campinas, n. 30, p. 71-84, jan./jun. 1996.

SEARLE, J.R. "A promessa: um ato complexo". In \_\_\_\_\_. **Actos de fala**. Coimbra: Almedina, 1981. p. 73-95.

SEARLE, J. R. **Expressão e significado**: estudos da teoria dos atos de fala. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 1-94.

### **Discursos analisados**

CHAGAS. Marcelo Déda. Discurso de posse. Disponível em: <[http://wwwcefas.blogspot.com/2007\\_01\\_29\\_archive.html](http://wwwcefas.blogspot.com/2007_01_29_archive.html)>. Acesso em: 05 out. 2008.

REQUIÃO, Roberto. Discurso de posse. Disponível em: <<http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=25322>>. Acesso em: 05 out. 2008.

# Anexos

## Anexo 1

### Roberto Requião

1º “Por escolha dos paranaenses, assumo pela terceira vez o Governo do Estado. Na verdade, estou pouco interessado em marcas históricas, em recordes. O que importa não é o tempo em que estive e que ainda vou estar no Palácio Iguçu. O que conta são as realizações, o que fizemos no primeiro e no segundo mandato. As obras, e também as palavras. Já que nunca dissociar a ação do discurso.

2º De todas as disputas, desde que fui eleito deputado em 1982, esta foi a mais difícil de todas. Não acredito que, ao longo da nossa história republicana, tenha havido no Paraná um pleito renhido quanto este.

3º Nunca se viu uma união de forças tão poderosa, tão obstinada, tão arrogante e, ao mesmo tempo, tão sem escrúpulos como a que enfrentamos.

4º Nada os deteve. Passaram como uma horda de bárbaros sobre as mais mezinhas regras da convivência, da urbanidade. Possivelmente nem um outro governante paranaense tenha sido exposto de forma tão desumana, tão desapietada.

5º Não estou aqui lamentando fatos. São coisas da vida e eu as registro. Certamente, para desagrado de alguns companheiros que chegaram a pedir que fizesse um discurso de conciliação, de conagração, de paz.

6º É a velha estória de sempre. O mito da cordialidade. O oportunismo da “união de todos”. Toda vez que se vêem em perigo ou depois de uma derrota, os interesses dominantes - a direita, sejamos claros - ressurgem com a conversa mole da harmonia, da concórdia, somos todos amigos, somos todos irmãos e patranhas da espécie.

7º No processo eleitoral, não demonstraram nenhuma cordialidade, fizeram de tudo para que fôssemos esmagados, liquidados. Discursavam com gosto de sangue na boca, com punhal entre dentes. Se vencedores, prometiam terríveis vinganças.

8º O que muitos companheiros, Secretários de Estado, Diretores de Empresas, gente do primeiro, do segundo escalão, dirigentes do Partido não entendem é que dois lados muito claros e distintos opuseram-se nesta eleição.

9º Provavelmente, nunca em uma eleição paranaense esse antagonismo deu-se tão evidente.

10º Do lado de lá, reuniram-se todos os interesses contrariados. Vi-os todos no palanque do adversário. Os que quebraram e privatizaram o Banestado.

11º Os que quebraram e tentaram privatizar a Copel, os que alienaram o controle da Sanepar, não investiram em saneamento e fizeram ressurgir até mesmo a cólera em nosso Estado. Os que privatizaram as estradas e criaram aqui a mais abusiva de todas as tarifas de pedágio. Os que destruíram a educação pública, acabaram com o ensino profissionalizante e fizeram o Paraná regredir aos piores índices de qualidade de ensino no país.

12º Estavam todos lá. Os que deram toda sorte de vantagens e privilégios às multinacionais e esmagaram o empresário paranaense. Os que se acumpliciaram com as transnacionais na conspiração para submeter os produtores paranaenses ao domínio de suas sementes patenteadas. Os que transformaram o erário quase que em caixa privado e dilapidaram o Estado.

13º Estavam todos lá. Os que viveram durante tanto tempo às expensas das verbas públicas e comercializaram suas opiniões. Os que fizeram da liberdade de imprensa um negócio muito próprio e muito próspero.

14º Estavam todos lá. Os que viviam de fraudar concorrências, de superfaturar e de fazer das concorrências públicas uma ação entre amigos.

15º Estavam todos lá. Aqueles que em oito anos de governo não produziram mais que 38 mil empregos com carteira assinada. Porque não cortaram impostos, desprezaram os pequenos, quebraram as empresas públicas, não investiram em infra-estrutura, não atraíram negócios que gerassem intensivamente novas vagas para os trabalhadores.

16º Estavam lá os que não apenas não criaram qualquer programa social para minorar e atender emergencialmente os nossos irmãos mais pobres, como eliminaram os que existiam, aumentando a dor da exclusão, aprofundando a humilhação e a ofensa da miséria.

17º Estava lá o Banco Itaú, contra quem o Estado do Paraná demanda na Justiça e que ganhou o Banestado de presente, de graça, num dos processos mais absurdos da privatária, do desbaratamento do patrimônio público. Estava lá o Banco Itaú que quer fazer valer contratos absolutamente insustentáveis contra o interesse paranaense. Estava lá o Banco Itaú financiando a candidatura de dois dos meus adversários. E estavam lá os meus adversários aceitando recursos de quem demanda contra o Paraná.

18º Estavam lá também pessoas de boa índole, sinceras, honestas, corretas, empenhadas na batalha eleitoral, acreditando que aquela fosse a melhor alternativa. Certamente, uma minoria pouco influente porque o que predominava mesmo era a voz do dono.

19º Este o lado de lá. E qual o nosso lado?

20º O lado dos mais pobres, dos trabalhadores, dos pequenos, dos agricultores familiares, do fortalecimento das políticas públicas de saúde, educação e segurança, da recuperação das estradas, da construção de escolas e hospitais, da criação de empregos, da isenção de impostos, do microcrédito, do fundo de aval, do programa do leite, da tarifa social da água, da luz fraterna, da recuperação do Estado, da transparência, da austeridade. O lado do povo.

21º Há quem se constanja, fique encabulado ou até mesmo sinta urticária quando se fala em povo. Os dominantes, essa gente do mercado, os do lado de lá, os que sempiternamente viveram do sangue, do suor, da miséria, da exploração do povo. Os que excluem, esmagam, discriminam, ofendem e humilham o povo. Os que enganam e manipulam o povo.

22º Essa gente torce o nariz quando algum governo declara sua opção, seu amor, sua solidariedade para com o povo.

23º É impressionante como os valores do mercado, sua boca torta de fumar o cachimbo da dominação transmite-se e são assimilados até mesmo por aqueles que estão entre nós.

24º E lá vem essa conversa toda de populismo, do horror a um Hugo Chavez, a um Evo Morales, a um Rafael Correa, a qualquer um enfim, que se oponha ao consenso de Washington, aos ditames do FMI, às receitas do neoliberalismo, à ação sem freio do mercado.

25º O nosso lado é o lado do povo.

26º E como então aceitar a conciliação que alguns companheiros urdem?

27º É interessante. Quando chega a vez, quando temos possibilidades concretas, reais de fazer alguma coisa por aqueles que mais precisam, por aqueles que a vida toda restaram à margem, insistem que sejamos equânimes, que pesemos os dois lados, que olhemos à esquerda e à direita, que não nos afastemos dos grandes, dos poderosos, dos manda-chuvas.

28º Companheiros de Governo, paranaenses.

29º Nesses quatro anos que passaram acredito que tenha ficado claro a todos para quem governamos. Ou não salta aos olhos a nossa opção? Será que há alguma dúvida?

30º Pois bem, nos próximos quatro anos vamos radicalizar essa opção. Vamos ainda mais a fundo na tarefa de governar para o povo.

31º E não é um governo de centro-esquerda, não. Não venham com esses centrismos, com esse equilibrismo. Somos sim um governo de esquerda. E que a má interpretação ou a distorção daquilo que disse o Presidente Lula não sirva de pretexto para que alguns neguem o lado em que nos posicionamos.

32º Somos de esquerda, porque ser de esquerda é ser solidário, fraterno, humano. É ser gente. É ter os olhos, a alma e o coração voltados para as desigualdades e as misérias deste mundo.

33º O fosso entre os que têm e o que não têm alargou-se de tal forma nos últimos anos, nesses malditos anos de expansão do neoliberalismo, que não seria catastrófico antecipar a possibilidade do colapso da civilização.

34º Tenhamos olhos para ver. E vejam.

35º Hoje a metade da população mundial, calculada em 6 bilhões e 800 milhões de almas, tem um patrimônio de tão somente 4.500 reais.

36º A tragédia brasileira da desigualdade, da exclusão, da concentração de rendas segue o ritmo mundial.

37º Por mais escandaloso e surpreendente que pareça quem ganha mais que 800 reais por mês em nosso país está entre aquela parcela de cinco por cento de brasileiros mais ricos.

38º Escandalizem-se. Mas reajam, mas façam alguma coisa, mas desendureçam o coração e arejem o cérebro. Alinhem-se à esquerda, formem entre aqueles que ainda não perderam a capacidade de indignar-se e lutar. Perfilam entre os que não perverteram as características básicas de seres humanos, que não se transformaram em homens lobo dos homens.

39º Enfim, recuperemos as nossas condições de seres humanos. Segundo Aristóteles, “animais políticos”; isto é gregários, solidários, civilizados, já que civilização pressupõe solidariedade, irmandade.

40º É isso que nos distingue da barbárie, da irracionalidade.

41º E o que é a globalização, a sanha do mercado por lucro, a dominação impiedosa dos países e povos periféricos? O que é a transformação do individualismo, da competição, da esperteza, da ascensão a qualquer preço a valores máximos dos nossos tempos? O que é tudo isso que não a volta à selvageria, ao embrutecimento, à incultura, à grosseria, à rudeza, à brutalidade, à desumanidade das hordas pré-civilização?

42º Já próximo da morte, nas reflexões finais sobre a sua trajetória política, François Mitterrand disse que a direita julga que o poder é dela, por delegação natural, como se fosse a reprodução do direito divino dos reis. Assim, para a direita, a eventual ascensão da esquerda é usurpação, é antinatural.

43º Isso é de tal forma difundido, está de tal forma entranhado em nossa cultura, que muitos, à esquerda ou ditos de esquerda, ou do centro, parecem constrangidos quando ganham uma eleição. Quase que pedem desculpas à direita por chegar ao governo, por ocupar um espaço naturalmente dela, naturalmente dos senhores, naturalmente dos dominantes.

44º Talvez seja por isso que, segundo dizem, nada mais parecido com o conservador que a esquerda quando chega ao governo. Ou como se dizia no Império: “Nada mais parecido com um luzia do que um saquarema no Gabinete”.

45º Não aqui no Paraná.

46º Palavras e obras. Coerentemente. O que pensamos, o que discursamos, o que declaramos corresponde, sempre, ao que fazemos.

47º Desmontaram o Estado, diminuíram-no, enfraqueceram-no. Afinal, para os neoliberais, a existência do Estado justifica-se à medida que sirva ao mercado. E todas as políticas públicas são desperdício de recursos. Recursos que eles querem para pagar as dívidas, o serviço da dívida. Superávites para acalmar o mercado e sinalizar as nossas condições de pagamento.

48º O risco brasileiro é falta de dinheiro para saúde, educação, segurança, infraestrutura, geração de empregos, má distribuição de renda.

49º Mas o risco, que eles medem como se medissem a febre e o perigo de vida de um paciente, o risco para eles, é faltar recursos para pagar a dívida, já tantas vezes paga e ainda assim tornada impagável pela prestidigitação contábil dos credores, dos rentistas internos ou externos.

50º Nós recuperamos o Estado e o Estado passou a ser um elemento essencial para a retomada do desenvolvimento paranaense.

51º Nesses quatro anos, transformamos a Copel de uma empresa à beira da quebra, deficitária, na terceira melhor empresa de energia do mundo. E na principal empresa de energia das Américas. De longe, a melhor empresa de energia do Brasil.

52º Para o lucro de quem? Dos paranaenses, que pagam hoje a menor tarifa de energia do país; dos nossos empresários que têm oferta de energia barata e abundante para o desenvolvimento de seus projetos; de um milhão de paranaense de famílias mais pobres, que recebem energia de graça em suas casas. Porque energia elétrica é saúde.

53º A Sanepar voltou ao controle público e hoje desenvolve a mais ousada e abrangente política de saneamento do Brasil, transformando o Paraná em referência nacional em oferta de água e esgoto tratados.

54º E a tarifa social da água atende mais de um milhão e quatrocentos mil paranaenses de menor renda. Porque saneamento é saúde.

55º O Porto, livre da sanha dos privatistas, da especulação, recuperado, saneado, eficiente e lucrativo.

56º Na Educação, uma transformação extraordinária. Não há quem no Brasil deixe de reconhecer os avanços da educação pública paranaense nesses quatro anos.

57º A qualidade do ensino, o livro didático gratuito, o portal da educação, os 40 mil computadores, toda a rede escolar interligada por rede de fibra ótica, o plano de cargos e salários, a construção de novos colégios e salas de aula, a volta do ensino profissionalizante, os extraordinários índices de aprovação dos nossos alunos na Universidade Federal e nas Universidades Estaduais. Além dos grandes investimentos no ensino universitário público estadual.

58º Na Saúde, os esforços extremos para recuperar as defasagens acumuladas nos oito anos que nos antecederam. Estão aí os 24 hospitais, em construção, reforma ou ampliação para dar, enfim, aos paranaenses a base física indispensável a uma política pública de saúde universal e eficiente.

59º Pela primeira vez, em anos, reduzimos os índices de mortalidade infantil, com a colaboração imprescindível da Pastoral da Criança, e somos hoje um dos dois Estados brasileiros que mais avançou nesta área. Os 126 Centros da Saúde da Criança e da Mulher, que já estamos construindo, vão fazer com que esses índices sejam reduzidos ainda mais.

60º Na Segurança Pública, a implantação de um novo conceito de segurança: a Polícia Comunitária, próxima das pessoas, integrada com elas e interagindo com elas.

61º Daí o Projeto Povo, a Patrulha Escolar, os Bombeiros Comunitários, o Geoprocessamento do Crime, os Conselhos de Segurança. Reequipamos as Polícias Civil e Militar, aumentamos o efetivo, reajustamos os vencimentos. Avançamos, mas temos a consciência de que ainda há muito o que fazer.

62º Para gerar mais empregos, para incentivar investimentos e aumentar a produção aplicamos a mais ousada política fiscal do país, que agora serve de inspiração ao governo federal ao editar a Lei Geral da Microempresa. Hoje, 172 mil micro e pequenas empresas paranaenses são beneficiadas pela isenção de ICMS ou pela redução do imposto.

63º Os resultados espelham-se no alargamento da longevidade das empresas paranaenses, bem superior à média nacional, e, principalmente, na criação de novos empregos. Do início do nosso mandato, até novembro de 2006, foram criados no Paraná 365.623 empregos com carteira assinada, resultado da política do Paraná somada à política do presidente Luis Inácio Lula da Silva.

64º Nos oito anos do governo que nos antecedeu não foram criados mais que 38 mil empregos formais. A diferença é notável.

65º Pena que a nossa imprensa, tão rápida na crítica, não tenha se debruçado sobre esse espantoso confronto de números e não tenha feito uma das perguntas básicas da boa reportagem: Por quê?

66º O programa do microcrédito, que tanto sucesso fez neste primeiro governo, alavancando milhares de pequenos negócios, terá dobrado os seus recursos. Vão ser agora 160 milhões de reais para financiar quem queira abrir um negócio ou ampliar o que já tem.

67º Concluimos nesse dezembro o ingente esforço de recuperação da malha rodoviária estadual. Mais de cinco mil quilômetros devolvidos ao trânsito seguro dos paranaenses. Sem pedágio.

68º Com isso, temos prontas as condições para a implantação de um novo projeto, Os Caminhos da Liberdade, oferecendo alternativas às estradas pedagiadas.

69º Não descuramos a batalha contra o abuso do pedágio. As concessionárias fecham o ano com uma arrecadação estimada de 735 milhões de reais e nem 30 por cento disso foram aplicados em benefícios para os usuários.

70º É por isso que temos mais de 40 ações na Justiça contra o abuso das tarifas e o descumprimento dos contratos.

71º A luta contra os interesses dominantes do mercado se fez também com a implantação do software livre.

72º Com isso, buscamos não apenas universalizar, democratizar o acesso à informática como também economizamos recursos financeiros para o Estado. Desde que o software livre foi implantado, em maio de 2003, até agora já economizamos 147 milhões de reais, dinheiro que desperdiçaríamos com as empresas que monopolizam o setor.

73º Além dos programas sociais da água, do leite e da luz, dos avanços na educação, da política fiscal, da geração de novos empregos, da construção de estradas e hospitais, uma das ações que mais me empolga, mobiliza e emociona é o programa de construção de Bibliotecas Públicas em todo o Paraná.

74º Breve, cada município paranaense, por menor e distante que seja, vai ter a sua Biblioteca, bem provida de livros, interligada à Internet.

75º Vocês não imaginam o efeito transformador que uma Biblioteca tem sobre as nossas comunidades, especialmente nas cidades do interior. Elas são a porta para um mundo maravilhoso, para a criação, para a fantasia, para a formação. Criado em uma biblioteca, sei do que falo.

76º O Fundo de Aval, para dar suporte aos nossos agricultores familiares, é também um outro programa vitorioso.

77º Neste novo mandato, iremos além. Vamos investir um bilhão e trezentos milhões de reais para diversificar a agricultura, para industrializar a produção agropecuária, para incentivar a produção agroecológica. Para o programa Panela Cheia, reservamos 100 milhões de reais; para o Fundo de Aval, 200 milhões; para o programa do trator solidário, 40 milhões, para começar a ação. Intensificaremos a irrigação noturna como meio seguro de aumentar a produtividade e minorar os efeitos das estiagens que têm se tornado tão freqüentes.

78º Para enfim dar às 320 mil pequenas propriedades agrícolas em nosso Estado o apoio necessário, a fim de que se consolidem e se desenvolvam.

79º Tantos avanços em tão pouco espaço de tempo não seriam possíveis se não recuperássemos a capacidade do Estado de pensar, de planejar, de executar. E se não contássemos com um corpo de funcionários públicos, de profissionais, tão eficiente e capaz como o que temos.

80º Paranaenses. As bases para um novo salto estão construídas, solidamente construídas. As prioridades definidas. Os rumos claramente delineados. Os objetivos, evidentes.

81º É a Educação, é a Saúde, é a Segurança, é a geração de empregos, é o incentivo a novos investimentos e ao aumento da produção, é o combate aos desequilíbrios sociais e aos descompassos entre as regiões.

82º Enfim, acima de tudo, sobretudo, o povo, as pessoas. O progresso das pessoas, sua promoção, seu desenvolvimento, sua inclusão neste admirável mundo novo, neste tão injusto mundo novo.

83º Nestes próximos quatro anos vamos radicalizar a política de defesa do meio ambiente.

84º Não é possível mais contemporizar com a destruição.

85º Vejam, oitenta e dois por cento dos brasileiros moram em nosso litoral. E, segundo especialistas, a prosseguir neste rumo insano o aquecimento global todo o nosso litoral vê-se ameaçado de inundações.

86º É uma perspectiva apocalíptica.

87º Ainda assim, a irresponsabilidade de meus adversários transformaram em mote de campanha a licença para a devastação ambiental.

88º Não consideremos, não cederemos a pressões. A vida está acima do lucro imediato.

89º Por fim, não poderia faltar uma palavra sobre comunicação, imprensa, que vou dizê-la mesmo contra o conselho dos que querem “deixar disso”, e para desassossego dos pregadores da cordialidade.

90º O debate sobre o papel da imprensa no processo eleitoral ganhou o país. Pela primeira vez, em tantas décadas, a mídia foi colocada sob suspeita. E criticada, coisa que ela detesta mais que o satanás dá água benta.

91º A militância dos jornalões a favor de uma candidatura só não detectou quem não quis. Caso de má-fé cínica ou de ignorância córnea?

92º Optaram sim por um lado, torceram e distorceram por ele e quando isso foi identificado e denunciado reagiram dizendo que se ameaçava a liberdade de imprensa.

93º Não tiveram a coragem, o desassombro de assumir em editoriais a opção feita, mesmo que a não disfarçassem, mesmo que isso fosse refletido escandalosamente no tom reservado à cobertura de cada um dos candidatos.

94º Fizemos um estudo criterioso, científico, estatisticamente responsável sobre o comportamento da mídia paranaense nas eleições estaduais. Os resultados todos conhecem, pois os divulgamos amplamente.

95º Quando falamos em exclusão social e econômica, quando falamos sobre as desigualdades, os desequilíbrios, os privilégios nunca, ou quase nunca, fazemos referência ao monopólio da informação.

96º Nunca mencionamos o domínio da mídia por determinados interesses e, por conseqüência, o afastamento de suas páginas, de seu vídeo e áudio dos interesses dos dominados, dos apartados, dos segregados, dos discriminados, dos trabalhadores, do povo, enfim.

97º Que liberdade de imprensa é esta que acolhe sempre a voz dominante, a voz do mercado, dos poderosos? Que liberdade de imprensa é esta que restringe o acesso do povo e de suas manifestações? Que trata e maltrata os trabalhadores, quase sempre com desdém, com o corte da visão de classe senhorial?

98º Que liberdade de imprensa é essa que, quando critica, quando acusa, mesmo que distorcendo os fatos, concede à parte ofendida, quando muito, uma misericordiosa meia linha, para que “o outro lado” se manifeste? É o acepipe cínicamente ofertado antes da execução.

99º Não tenhamos ilusões, não sejamos ingênuos, não esperemos muito da grande mídia. Ela tem um lado, nós é que não aprendemos isso ainda e ficamos insistindo em um diálogo de surdos.

100º Hoje, apenas seis redes privadas controlam 667 veículos – emissoras de TV, de rádio e jornais diários – atingindo 87 por cento dos domicílios, em 98 por cento dos municípios brasileiros.

101º Há ainda quem ouse dizer que isso não é o monopólio da informação, que isso não é o controle da opinião pública, que isso não é uma verdadeira ditadura do pensamento dominante?

102º É salutar que finalmente o poder da grande mídia comece a ser colocado em xeque e a sua credibilidade como agente formador da opinião pública seja questionada.

103º Mas que comunicação queremos?

104º Queremos uma comunicação de interesse público. Que estimule o debate. Que tenha compromisso com a formação, a educação e a construção da cidadania. Que democratize e produza instrumentos de socialização da informação. Que crie, utilize e

valorize espaços de mídia alternativos, como as rádios comunitárias, a internet, os eventos públicos.

105º Queremos uma comunicação que resista à hegemonia dos meios de comunicação de massa e crie referências críticas ao que eles veiculam, que não engulam tudo que os jornais nacionais, que as novelas buscam empurrar goela abaixo do povo.

106º Queremos uma comunicação que busque o envolvimento da sociedade e estimule a sua participação. Queremos uma comunicação de mão dupla, que interaja, que comunique a diversidade de opiniões. Queremos uma comunicação que favoreça a inclusão do maior número de cidadãos no debate político.

107º Nós queremos, enfim, uma comunicação popular, onde mil flores desabrochem e mil correntes de pensamento se rivalizem.

108º Paranaenses, estes são os meus compromissos. E diante de minha mulher Maristela, dos meus filhos Maurício e Roberta, do Ricardo, renovo-os. Incluam-me em suas orações, peçam a Deus por mim, para que Ele me ilumine e me faça forte, firme e corajoso na defesa dos interesses do nosso povo.

109º Ao trabalho, que temos mais quatro anos para consolidar as transformações que iniciamos e dizer ao Brasil que o caminho do Paraná é o caminho da libertação, da independência, da altivez, do compromisso com os interesses nacionais e populares.

110º Afinal temos um lado. O lado da solidariedade, da generosidade. O lado do povo. O lado esquerdo do peito”.

## Anexo 2

### Marcelo Déda

1º Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, Deputado Antônio Passos;

Excelentíssima Senhora Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, Desembargadora Marilza Maynard; em nome de quem.....

Excelentíssimos Senhores membros da Mesa Diretora desta Casa Legislativa;

Excelentíssimas Senhoras Deputadas;

Excelentíssimos Senhores Deputados;

Excelentíssimo Senhor Prefeito da Capital Edvaldo Nogueira, em nome de quem.....

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Vereador Sérgio Góis, em nome de quem....

Excelentíssimo Senhor Presidente do TCE

**2º “A utopia está no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”**

**Eduardo Galeano.**

3º Longo foi o caminho, difícil a caminhada. Muitos os que andaram na frente, desbravando clareiras, abrindo sendeiros, afastando as pedras, alargando horizontes. Alguns desistiram da tarefa rotulando-a de impossível. Mas houve outros que deixaram as facilidades dos caminhos já abertos e juntaram suas mãos às dos que continuavam na difícil obra da travessia. Não foram poucos os que partiram desta vida deixando inconclusa a obra e o sonho.

4º Foi duro o caminho e árdua a jornada, mas chegamos. Como um marujo na gávea, já podemos enxergar no horizonte sinais de um tempo novo e anunciar ao povo desta terra sergipana:

5º Alvíssaras, meu capitão! O sonho de uma geração, a esperança que alimentou tanta luta, a fé que convocou tanta gente, é agora história!

6º Desta nobre tribuna da Casa do Povo Sergipano, posso anunciar que a hora chegou. Como um coral que aguardou o momento de postar-se na ribalta, a nossa geração pode hoje comemorar o fim da travessia com os versos fortes de Fernando Brant, eternizados na melodia de Milton Nascimento:

**7º “Já não sonho,**

**Hoje faço,**

**Com os meus braços,**

**Meu viver!”**

Senhor Presidente,

Sras. E Srs. Deputados,

Povo de Sergipe,

8º Sei que hoje, não sou aqui apenas um, nem me caibo na solidão do pronome eu. Aqui e agora sou muitos. Já nos ensinava Paulo Freire que **“ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, todos nos libertamos juntos.”**

9º Hoje, pela minha voz falam os que, filhos da liberdade, ergueram-se contra o arbítrio e empenharam o mais belo dos tempos, a juvenil primavera, onde vicejam os sonhos e os amores, para combater o arbítrio e derrotar a Ditadura.

10º Pela minha boca se pronunciam os que tiveram o corpo violado e a alma ofendida abatidos na tortura, condenados sem julgamento - mortos sem lágrimas, covas sem nome, tragados pela tortura de um regime que negou às mães o último dos acalantos.

11º Pelos meus gestos se expressam os heróis do povo, lutadores anônimos que escreveram nas páginas da história a mais definitiva das justiças e lavraram nos campos do tempo a seara vermelha da igualdade.

12º Falo como o governador eleito pelos sergipanos dentro de uma coligação de centro-esquerda, liderada pelo PT e composta pelo PSB, pelo PTB, pelo PL, pelo PC do B, pelo PMDB, pelos dissidentes do PSDB e do PDT. Uma aliança ampla, é verdade, mas quero dizer aos senhores e às senhoras: mesmo levando em conta as limitações da conjuntura, as necessidades ditadas pela correlação de forças e as tarefas próprias do tempo presente, quem fala aqui hoje, não obstante os cabelos brancos, é um homem de esquerda, democrata e socialista que como Bobbio, continua a acreditar que a diferença entre esquerda e direita é ainda atual e necessária neste início do século XXI: a esquerda será sempre o campo dos que defendemos a igualdade e combatemos os privilégios, buscando ampliar os direitos das chamadas classes subalternas.

13º Sou de uma geração que nasceu para a vida pública no momento em que a Ditadura se esgotava e a democracia, ainda tímida, procurava forças para erguer-se. Junto com tantos companheiros busquei no movimento estudantil as ferramentas da contestação e as lições de amor à liberdade. Vivemos as ameaças de retrocesso e convivemos com a censura que agredia o bom senso e emasculava a criação artística. Buscamos na alma do povo brasileiro e sergipano as razões para resistir e recebemos lições de vida e exemplos de coragem que nos fizeram abraçar a política, fazendo-a não instrumento de ambições pessoais, mas ferramenta da libertação coletiva. Nós percebíamos, mesmo antes de ler André Comte-Sponville, que **“não basta esperar a justiça, a paz, a liberdade, a prosperidade...É preciso agir para defendê-las, para aprimorá-las, o que só se pode fazer eficazmente de forma coletiva e que, por isso, passa necessariamente pela política.”**

14º Sou filho de uma geração que aprendeu cedo a dizer não à injustiça, ao medo e à intolerância. Nas ruas, com os meus companheiros, reconstruímos diretórios e sindicatos, fundamos partidos, construímos o maravilhoso momento em que a cidadania fez da luta festa e da festa força, colorindo de amarelo o Brasil e a capital dos sergipanos que nesta Praça Fausto Cardoso, clamava pelas Diretas, porta de entrada da redemocratização do Brasil.

15º Na trilha desta caminhada perdi e ganhei eleições. Fui deputado estadual, deputado federal em duas legislaturas, prefeito eleito e reeleito desta capital.

16º Como representante dessa geração eu sei o que devemos a todas as outras que nos antecederam. O fio com o qual a História, com paciência e tempo, tece sua multifacetada tapeçaria, nos liga a outras eras e a muita gente.

17º Nos liga, por exemplo, à tradição anti-oligárquica de Fausto Cardoso, o grande herói urbano de Aracaju, o tribuno eterno de Sergipe, que sacrificou a vida no altar das suas idéias e fez-se símbolo e exemplo para todos os que buscaram a modernização política, a justiça social, a democracia e o fim dos conluíolos oligárquicos. Não deixa, pois, de me emocionar, o fato de que, justo em 2006, quando a revolta de Fausto Cardoso completou 100 anos, uma frente de centro-esquerda, com forte apelo anti-oligárquico e indiscutível perfil mudancista, conseguisse levantar Sergipe numa revolução pelo voto, produzindo a vitória que hoje me traz aqui à presença de Vossas Excelências para, em nome do povo sergipano, assumir o governo do estado, trazendo no coração o compromisso democrático e popular e nas mãos a bandeira das Mudanças.

18º Meus irmãos e minhas irmãs de Sergipe,

19º Décadas de dominação oligárquica cristalizaram na vida pública sergipana, um conjunto de erros políticos, vícios administrativos e desvios éticos. A mesmice tornou-se a matéria-prima das ações de governo e a incompetência administrativa lançou fora oportunidades históricas que poderiam ter melhorado a vida do nosso povo e avançado a marcha de Sergipe rumo ao desenvolvimento. A ausência de alternância do poder permitiu que, à sombra do aparato estatal, germinasse uma elite divorciada do povo, agindo como se fosse proprietária de Sergipe, estabelecendo vínculos oligárquicos e até hereditários de

poder e sobrevivendo graças a acordões que, transformando o adversário de ontem em aliado de sempre, buscavam impedir a mudança e preservar privilégios.

20º Falsas prioridades, ditadas por interesses politíqueiros, quando não inconfessáveis, terminaram por lançar o interior do estado no mais completo abandono, diminuir a força da agricultura, limitar a política industrial e, na prática, ameaçar o futuro da economia do nosso estado.

21º As políticas públicas perderam seu caráter universal, sufocadas pelo clientelismo e pelo assistencialismo de matriz eleitoreira; a saúde pública está entregue a soluções precárias; nossa infra-estrutura viária foi sucateada e a segurança pública está hoje vivendo uma crise de proporções gigantescas e difícil solução.

22º Os interesses de Sergipe foram sacrificados nos templos da vaidade e do personalismo. O nosso estado foi usado como trincheira para atingir o Presidente da República, os recursos repassados pelo governo central foram escondidos da população e a União passou a ser bode expiatório para a frustração das promessas.

23º Mas eu e o meu amigo, companheiro e conterrâneo Belivaldo Chagas, vice-governador a pouco empossado, não estamos aqui para olhar para trás. Queremos enfrentar os desafios e construir, junto com os poderes republicanos e a sociedade organizada, os instrumentos modernos e contemporâneos que nos possibilitará a superação dos graves problemas que nos esperam. Ecoando as lições do velho Marx no seu “18 do Brumário” e do nosso genial conterrâneo Manoel Bomfim em “A América Latina: males de origem”, não permitiremos que o peso do passado oprima os nossos cérebros nem comprometa o nosso futuro:

24º ***“Que os mortos enterrem os seus mortos, voltemo-nos para a ação fecunda, demos à vida toda a nossa atividade, e ela nos levará para o progresso e para a vitória, como leva a árvore para o alto e para a luz”.***

25º Estamos olhando para a frente e buscando desinterditar o porvir. Ao invés de ancorar nosso coração no passado, queremos convocar o futuro. Para isso é indispensável fazer do trabalho a nossa consigna, da humildade a nossa marca, do amor ao povo, o nosso principal compromisso e da mudança a nossa grande bandeira.

26º Mudança – esta foi a palavra que sintetizou os sentimentos e traduziu os ideais abrigados no generoso coração da gente sergipana. A Mudança transformou-se, para os sergipanos, no instrumento de combate à mesmice e na oportunidade de superar o atraso e, construindo o progresso, dialogar com o futuro. Mudar, não como um modismo passageiro, uma troca de rostos ou de nome, mas como um câmbio de gerações, uma renovação de idéias, práticas e costumes, um gesto de fé e de esperança – mudar para ser feliz e viver melhor

27º O que a campanha eleitoral possibilitou, de fato, foi agregar conteúdo e substância ao verbo mudar. O povo sergipano com a sua luta e a força do seu voto fez dessa palavra a tradução de um tempo novo, marcado pelo desenvolvimento e pela inclusão, nos exatos termos do nosso programa de governo que foi elaborado a partir de dois grandes eixos: inclusão pelos direitos, através da oferta de políticas públicas de acesso universal e de boa qualidade e a inclusão pela renda, através do investimento privado, das parcerias e do papel emulador do estado, agora lastreado numa política séria de planejamento, direcionando o desenvolvimento de modo a que ele seja economicamente sustentado, regionalmente descentralizado, socialmente justo e ambientalmente responsável.

28º Eis porque mudar, para nós, mais do que um desejo, é um compromisso alicerçado na força do povo que avalizou com o seu voto a sua adequada tradução política.

29º Mudar, portanto, será produzir políticas públicas consistentes, realizar os investimentos necessários, buscar as parcerias possíveis e resgatar o espírito empreendedor do povo sergipano, com um único objetivo: fazer de Sergipe um grande Estado e do seu povo uma gente feliz.

30º Significa inverter as prioridades dirigindo o investimento público para aqueles que mais precisam. Não podemos ter vergonha de dizer que no nosso governo os pobres são prioridade. Governaremos com todos e para todos, deixando claro, no entanto, que atenção

prioritária é para os que mais precisam: os desempregados, a juventude das periferias, os sem-terra, os idosos, as crianças e adolescentes, enfim, os excluídos.

31º Mudar é modernizar a administração estadual e valorizar os seus servidores ampliando a oferta de serviços públicos e qualificando em benefício de toda a sociedade.

32º Mudar é construir uma nova política de segurança pública que devolva a tranqüilidade aos lares sergipanos. Para isso vamos organizar uma polícia profissionalizada, sem a indevida interferência político-eleitoral. Uma polícia equipada com a mais moderna tecnologia, e educada no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana. Uma polícia que não seja apenas reativa, mas que sendo preventiva e possuindo bases comunitárias, desencoraje o crime antes da sua prática; uma polícia que desperte o respeito dos homens e mulheres de bem e o temor dos bandidos e marginais.

33º Mudar é trabalhar de forma solidária e republicana com os municípios, sem preconceito político, nem discriminação ideológica, olhando em primeiro lugar o cidadão, sem perguntar qual é a opção partidária do prefeito.

34º É descentralizar o desenvolvimento, levando-o ao interior do estado, a partir de uma política regionalizada vinculada às vocações locais, atraindo investimentos, estimulando os produtores e ampliando o acesso dos jovens interioranos à universidade e ao ensino técnico.

35º Mudar é recuperar a nossa infra-estrutura viária, ampliar os investimentos em saneamento básico e buscar a preservação e a melhoria da qualidade ambiental dos nossos rios e de todo o nosso estado.

36º Mudar é assumir o compromisso sagrado de recuperar a credibilidade do poder público, combater a corrupção e o desperdício, racionalizar as despesas, otimizar os investimentos, enfim, dar qualidade ao gasto público.

40º É combater os preconceitos contra os índios, os negros, as mulheres e os que têm opção sexual diferenciada. E combater preconceitos é apoiar e produzir políticas afirmativas, que libertem a igualdade do terreno minado da retórica e a transforme em conquista social cotidianamente exercitada.

41º Mudar é resgatar a auto-estima dos sergipanos, elevando a nossa voz para que o Brasil nos ouça e nos respeite. Não temos o direito de nos encabular diante da nossa condição de sergipanos. Precisamos recuperar o saudável orgulho de olhar para o mundo sem arrogância, mas com firmeza, batendo a mão no peito e dizendo: Muito prazer, sou brasileiro, sou nordestino, sou sergipano! Não acredito em determinismo geográfico: Sergipe é o estado de menor dimensão territorial, mas as fronteiras do mapa jamais serão aceitas como demarcatórias da grandeza da nossa alma, da dimensão da nossa brasilidade, nem do tamanho do nosso talento. Ao longo dos séculos honramos a nossa condição de brasileiros e oferecemos o nosso tributo à Nação. O sangue dos nossos pracinhas, o suor dos nossos trabalhadores, as riquezas do nosso subsolo, a capacidade empreendedora dos nossos empresários e o brilho da nossa inteligência deixaram a sua marca indelével no processo de formação do Brasil. Portanto exigiremos o respeito e nos faremos merecedores do carinho com que os nossos patrícios nos brindam.

41º Sr. Presidente,

42º Senhores Deputados,

43º Vivemos um momento ímpar para Sergipe. A reeleição do Presidente Lula, representou uma vitória política de repercussão internacional, consignando o apoio indiscutível do povo brasileiro ao maior líder popular da América Latina, operário que se fez estadista e estadista que se fez povo, traduzindo nas suas prioridades o compromisso histórico de redenção política da nossa gente.

44º Recente pesquisa aponta o presidente Lula como o mais popular desde a redemocratização do Brasil. Isso lhe dá as condições de construir um novo governo lastreado numa coalizão política que dê qualidade e estabilidade à sua base política. Nos seus pronunciamentos o presidente tem reafirmado o seu compromisso prioritário com os mais pobres e com as políticas públicas que enfrentem o grave problema da desigualdade regional. Além disso, o desenvolvimento passou a ser a palavra de ordem do novo mandato.

45º Tudo nos leva a crer que Sergipe tem condições de se inserir de modo ativo, como protagonista desse novo momento para o Brasil e para o Nordeste. Como governador dos sergipanos e aliado do presidente, temos um programa articulado com os objetivos do governo federal e identificado com suas prioridades. Buscaremos parcerias e protagonismo, levando ao governo da União, as reivindicações de Sergipe no sentido de atrair investimentos estruturantes, especialmente nas áreas dos recursos hídricos, saneamento básico, infra-estrutura viária, turismo, segurança, saúde e educação. Pleitearemos nos fóruns nacionais um novo pacto federativo que reequilibre financeira e economicamente os entes federados, dando as condições efetivas para que as autonomias federativas deixem de ser uma ficção constitucional. A rápida reabertura da Sudene é indispensável para o Nordeste e deverá ter o seu funcionamento garantido, bem assim, os recursos que viabilizarão o seu papel de agente do desenvolvimento nordestino.

46º Quero, também, reafirmar aqui a posição do Estado de Sergipe e do seu Governador contra o atual projeto de transposição do Rio São Francisco. Continuarei manifestando a nossa posição de priorizar a revitalização e lutarei, com o apoio da nossa bancada, para aprovar a emenda Valadares, que garante recursos vinculados aos projetos revitalizadores da bacia.

48º Meus queridos companheiros,

49º Contemplo daqui a face hierática deste grande Sergipano que é João de Seixas Dória, brasileiro cuja valentia cívica e devoção democrática ofereceu a matéria-prima com que a História lhe ergueu um monumento, antecipando-se ao bronze. Em fevereiro, Seixas Dória comemorará 90 anos de vida. O ex-governador, eleito em 1962, apoiou João Goulart e as reformas de base. “Réu sem crime”, teve atropelado o seu mandato pela violência da Ditadura Militar, cassados os seus direitos políticos e foi aprisionado em Fernando de Noronha ao lado do inesquecível líder popular de Pernambuco, o grande Miguel Arraes. Olhando-o agora, Governador Seixas Dória, tenho a exata dimensão do momento histórico que estamos vivendo. Eis, outra vez as sutis tessituras da grande tapeceira que é Clio, a musa da História. Há 44 anos que esse estado não empossava um governo de centro-esquerda. Nunca um governador foi eleito por um partido de esquerda como o Partido dos Trabalhadores.

50º Diante da história, tenho a exata noção do peso que recebo sobre os meus ombros. Mas creio que a gigantesca tarefa das mudanças precisam ser encaradas na sua exata medida. Não se constitui em objetivo fácil, mas também não pode ser vista como uma missão impraticável. Max Weber nos ensinava naquele opúsculo genial intitulado “A política como vocação”, que **“a política consiste num esforço lento e enérgico para atravessar um material compacto. Isso exige o sentido das proporções e da paixão. A experiência histórica confirma que o homem jamais atingiria o possível se não lutasse pelo impossível.”**

51º Este primeiro ano será muito difícil. Será o ano da reconstrução, das reformas administrativas, da superação dos obstáculos criados com uma série de novas leis aprovadas desde o mês de outubro. Será o momento de adequar a máquina e o seu funcionamento às novas políticas de governo. Será a hora de formalizar projetos, buscar parcerias, atrair investidores.

52º Estou certo que conseguiremos realizar os nossos propósitos,mas para isso, será indispensável o apoio popular e a participação decidida da sociedade. Sou o resultado da luta política do meu povo. Sei que sem ele nenhum poder se sustenta, nenhuma legitimidade se edifica, nenhum sucesso se constrói.

53º Será imprescindível a parceria responsável, qualificada e republicana entre o executivo e esta Casa de Leis, onde cumpri o meu primeiro mandato popular e de cujas lições ainda hoje sou devedor. Acredito na instituição parlamentar e temo sempre quando alguns, a título de purificá-la, tentam erodir o seu prestígio. Não sobrevive o regime democrático sem o alicerce da representação, da qual o parlamento é a pedra principal. As relações que pretendo manter com esta Casa jamais dispensarão o respeito à sua independência e aos predicamentos dos seus dignos membros. Independência e harmonia,

eis os princípios mediadores da relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário, receitados pela Constituição e que serão permanente buscados pelo governo que ora se inicia.

54º Minhas Senhoras, Meus Senhores,

55º Eu lhes peço agora a permissão de abrir o meu coração e deixar que um pouco da emoção que quase me sufoca, possa fugir do meu peito e, quem sabe, chegando na minha boca, habitar na arquitetura das minhas palavras.

56º Quem hoje toma posse é um sergipano de Simão Dias, terra que comigo completa 04 governadores e com Belivaldo chega ao terceiro vice-governador. Antes de mim, Gervásio Prata, de forma interina, Celso de Carvalho e o atual senador Antônio Carlos Valadares tiveram a honra de assumir a suprema magistratura deste estado.

58º Sou neto por parte mãe de José de Carvalho Déda, autodidata, rábula, deputado constituinte estadual de 47, jornalista e folclorista. Era, no prosear roseano, ***“duma raça de homens que o senhor mais não vê; eu ainda vi. Ele tinha conspeito tão forte que perto dele até o doutor, o padre e o rico, se compunham.”*** Dele carrego o legado – ou o carma - da vocação política.

59º Por parte de pai descendo de um camponês de Paripiranga, na Bahia, Xisto Chagas. Minhas avós foram Maria Acyoli de Oliveira Deda e Josefa Celestina Chagas.

60º Meu pai, Manoel, está aqui ao lado de minha mãe, Zilda, e isso, por si só, atesta a presença de Deus em minha existência: chego ao topo da minha vida pública sob os olhos dos que me doaram a luz da vida e suportaram os sacrifícios que viabilizaram a minha formação como homem e cidadão. Agradeço-lhes por tudo pedindo-lhes respeitosamente a benção, e lhes prometo: não desonrarei o nome que me legaram e que é a mais rica das heranças.

61º Aqui também estão os meus filhos, de quem a política tantas vezes me afastou, impedindo que eu pudesse estar mais perto em tantos momentos belos e difíceis das suas vidas. Marcella, Yasmin, Luísa e João Marcelo, vocês são a minha fortuna, o discurso da vida se impondo diante do tempo, eternizando em suas faces alguns dos meus traços e, espero, em seus caracteres as minha reduzidas virtudes. Ao abençoar-lhes, agradeço o amor e o apoio e prometo-lhes: lhes legarei um nome limpo que possa ser ostentado pelos seus filhos e pelos filhos dos seus filhos com orgulho e gratidão.

62º Aqui está Eliane, o amor que me surpreendeu maduro, e renovou-me a vida, devolvendo-me a paixão, emprestando-me a solidariedade militantes e construindo, no aconchego dos seus braços, o doce porto onde este marujo cansado encontra alento e busca coragem para continuar navegando. Guimarães Rosa, pela boca de Riobaldo, nos dizia que “por amor, também, é que a coragem se faz”. Obrigado, querida.

63º O meu muito obrigado à militância do Partido dos Trabalhadores, cuja coragem e fé fez desse partido uma das mais belas construções da luta coletiva do povo brasileiro. Os gravíssimos erros que sobre ele se abateram, devem ser enfrentados sem qualquer concessão ou desculpa. Os resultados que reelegeram Lula e elegeram cinco governadores, além de deputados federais e estaduais, não podem ser lidos como uma anistia para os nossos erros, mas como a oportunidade histórica de começar de novo, refazendo do PT o que ele sempre foi - um exemplo.

64º A todos os militantes e dirigentes aliados, líderes interioranos e da capital que conosco se somaram nesta luta histórica, a minha gratidão e o meu compromisso de estar ao lado de vocês nos novos embates que a democracia nos reserva.

65º Aqui e lá fora, estão os pais e mães, filhos e filhas do povo de Sergipe. Os responsáveis pelas vitórias da minha vida pública, a inspiração constante da minha militância e a razão permanente do meu trabalho em todos os dias do governo que ora se inicia. Quero agradecer-lhes com aquele abraço que virou a marca da nossa campanha: forte, cheio de amor, confiança, amizade e respeito. Hoje sou o governador do estado pela graça de Deus e pela vontade dos vaqueiros, pescadores, operários, estudantes, rendeiras, empresários, poetas, desempregados, motoristas, policiais, marchantes, servidores públicas, alfaiates, empregadas domésticas, sapateiros, pequenos proprietários, profissionais liberais, roceiros, sem-terra, bancários, jovens e anciãos, músicos, artesãos, homens e mulheres, enfim, sergipanos de todos os lugares e de todas as profissões e

classes sociais. Lhes peço, fiscalizem o meu governo e cobrem do seu governador. Se eu errar, corrijam-me, eu não tenho compromisso com o erro. Não lhes peço paciência – vocês já tiveram tanta – peço-lhes compreensão. O tempo do meu mandato é quatro anos, lembrem-se que **“há um tempo para tudo sob o sol”** e que antes de colher é preciso deixar que a semente germine, que a planta se fortaleça e que o fruto desabroche.

66º Meus Irmãos Sergipanos,

67º Chega ao fim esta oração. **“Não nos dispersemos”**, pedia Tancredo. O atraso ronda sorrateiro. Lança pedras sobre o nosso caminho e tentará perturbar nossa caminhada. Lembrem-se de Drummond - **“no meio do caminho havia uma pedra”** - pois são muitos os obstáculos que precisaremos remover e removeremos, juntos, povo e Governo. Podemos hoje, sergipanos de um novo tempo e de um novo século assumir o desafio de retirar as pedras do caminho e abrir novas estradas para o progresso, a paz e a prosperidade, usando com a simplicidade dos sábios, os mais singelos dos instrumentos de que o criador nos dotou: **“duas mãos e o sentimento do mundo.”**

68º Sergipanos e Sergipanas,

69º Peçam em suas orações ao Deus de Israel, o Deus dos nossos pais e dos pais dos nossos pais, que me dê Sabedoria e Humildade, para honrar o mandato que ora recebo.

70º Que Deus proteja Sergipe e abençoe todos os sergipanos.

71º Vencemos e Venceremos!

72º Viva Sergipe!

73º Muito Obrigado.